UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE

CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIOMEDICINA

Juliana Jury Freitas

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS AGUDO E CRÔNICO DE ANTIDEPRESSIVOS NA 6-SULFATOXIMELATONINA URINÁRIA EM RATOS WISTAR

Porto Alegre

2018

Juliana Jury Freitas

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS AGUDO E CRÔNICO DE ANTIDEPRESSIVOS NA 6-SULFATOXIMELATONINA URINÁRIA EM RATOS WISTAR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Biomedicina.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Paz Loayza Hidalgo
Coorientadora: MSc. Juliana Castilhos Beauvalet

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Freitas, Juliana Jury
AVALIAÇÃO DOS EFEITOS AGUDO E CRÔNICO DE ANTIDEPRESSIVOS NA 6-SULFATOXIMELATONINA URINÁRIA EM RATOS WISTAR / Juliana Jury Freitas. -- 2018.
81 f.
Orientadora: Maria Paz Loayza Hidalgo.

Coorientadora: Juliana Castilhos Beauvalet.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Curso de Biomedicina, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Depressão. 2. Noradrenalina. 3. Serotonina. 4. Antidepressivos. 5. Cronobiologia. I. Loayza Hidalgo, Maria Paz, orient. II. Beauvalet, Juliana Castilhos, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Juliana Jury Freitas

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS AGUDO E CRÔNICO DE ANTIDEPRESSIVOS NA 6-SULFATOXIMELATONINA URINÁRIA EM RATOS WISTAR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Biomedicina.

Aprovado em: 06 de 07 de 2018

BANCA EXAMINADORA

Drª Giovana Dantas IPVDF-SEAPI

Dr. Roberto Farina Almeida - UFRGS

Profª. Drª. Maria Paz Loayza Hidalgo - UFRGS (orientadora)

AGRADECIMENTOS

À minha família, obrigada por todo incentivo e suporte ao longo dos anos, pelo amor e dedicação incondicionais a mim prestados. Obrigada por sempre acreditarem em mim e me fazerem acreditar que sou capaz, por batalharem meus sonhos comigo e por compreenderem meus momentos de ausência. E um obrigada especial aos meus dois amores que estão lá em cima sempre olhando por mim, Vovó e Elza. Amo muito todos vocês!

À minha orientadora, Paz, por todo conhecimento transmitido. Obrigada por tudo, pelo incentivo, pelos puxões de orelha e por acreditar em minha capacidade.

À minha coorientadora, Ju, obrigada pelo companheirismo, pelos ensinamentos, pela amizade construída e por todo apoio ao longo não só deste trabalho, mas de toda minha jornada.

Aos meus colegas do Laboratório de Cronobiologia e Sono, por sempre se mostrarem disponíveis a ajudar, pelos momentos de trabalhos, pelas reuniões, pelos momentos de descontração, pelos bolos, pelas fofocas e pelas risadas.

Ao pessoal do Laboratório de Neurobiologia da Pineal/Unifesp, principalmente à profª. drª. Fernanda, pelo apoio técnico.

Aos funcionários da UEA do HCPA, principalmente à Marta, Dani e Tuane, pelo auxílio fornecido sempre que necessário.

Ao Fundo de Investimento à Pesquisa e Eventos (FIPE)/HCPA pelo apoio financeiro.

Aos meus colegas da Biomedicina, mas, principalmente ao Lexandis e ao Pepe, por tornarem esse caminho árduo mais fácil, por todo o companheirismo e amizade nas horas boas e ruins.

À minha colega, à minha melhor, Debs, por compartilhar sempre comigo os momentos de alegria e felicidade e também os de frustrações e tristezas. Por sempre me ouvir e me incentivar. Sempre nós, te amo!

À Filó, o meu amor de 4 patas que está sempre pronta para me alegrar.

À jovem guarda, muito obrigada pela amizade de tantos anos, amo vocês!

À todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal ao longo deste curso, muito obrigada.

E por último, mas não menos importante, ao meu amor, Rodrigo. Obrigada por todo o incentivo e apoio, por nunca medir esforços para me ajudar, por todos os finais de semana de IC na UEA, por fazer tudo se tornar sempre mais fácil e leve. Obrigada por existir na minha vida, por me ajudar a realizar sonhos, por tudo! Tu és essencial! Te amo muito!

“Continue a nadar, continue a nadar.”

Dory, Procurando Nemo.

RESUMO

Introdução: Observa-se demora em obter resposta clínica ao tratamento com antidepressivos. Um dos potenciais biomarcadores do efeito dos antidepressivos é a melatonina, sintetizada a partir da serotonina em resposta à sinalização noradrenérgica. A ação dos antidepressivos, principalmente por aumento da transmissão noradrenérgica e/ou serotonérgica, também afeta a produção pineal de melatonina. A melatonina é predominantemente excretada na urina na forma de 6-sulfatoximelatonina (aMT6s). A medida da aMT6s parece representar uma forma indireta e não-invasiva de aferição da produção pineal de melatonina e do efeito de antidepressivos. Com isso o nosso objetivo foi o de avaliar o efeito agudo e crônico de antidepressivos na aMT6s urinária noturna em ratos Wistar machos e fêmeas.

Métodos: Ratos Wistar machos e fêmeas adultos (N=32) foram mantidos sob 12h:12h claro-escuro e divididos em três grupos de tratamento (n=8, 4 machos e 4 fêmeas): controle (salina), fluoxetina (5mg/kg) e imipramina (10mg/kg). Os tratamentos foram administrados através de injeção intraperitoneal diária (2ml/kg) do 2º ao 23º dia de experimento. A urina produzida nas 12 horas de escuro foi coletada em gaiolas metabólicas nos dias 1 (pré-tratamento), 2 (efeito agudo), 9 (1ª semana), 16 (2ª semana), 23 (3ª semana) e 24 (pós-tratamento). A concentração de aMT6s urinária (ng/mL) foi determinada por ELISA e multiplicada pelo volume de urina para obter a quantidade de aMT6s excretada. A interação entre os fatores grupo, tempo e sexo foi avaliada através de GEE/Bonferroni (SPSS 23.0, $p<0,05$).

Resultados: Ratos machos apresentaram níveis significativamente mais altos de aMT6s do que as ratas fêmeas em todos os momentos avaliados ($p <0,001$). Níveis noturnos de aMT6s no tratamento agudo com fluoxetina (Dia 2) foram maiores que no início (Dia 1) em ratos machos ($p <0,001$) e fêmeas ($p <0,005$). O tratamento com imipramina aguda e ambos os tratamentos crônicos não provocaram uma resposta significativa em aMT6s.

Conclusão: Este estudo propõe a mensuração da produção noturna de aMT6s urinária como método não invasivo de avaliação do efeito de antidepressivos em ratos Wistar. No entanto, devido a questões metodológicas (tamanho amostral pequeno, variação nos níveis iniciais de aMT6s, a não avaliação do ciclo estral e da creatinina urinária), nossa hipótese de que o tratamento antidepressivo aumentaria os aMT6s urinária não pode ser aceita ou rejeitada. Identificar projetos de pesquisa adequados para investigar nossa hipótese é crucial devido ao potencial translacional da medição de aMT6s urinária como um biomarcador para antecipar a resposta clínica aos antidepressivos.

Palavras-chave: Depressão. Noradrenalina. Serotonina. Antidepressivos. Cronobiologia.

ABSTRACT

Introduction: There is a delay in obtaining a clinical response to treatment with antidepressants. One of the potential biomarkers of the antidepressant effect is melatonin, synthesized from serotonin in response to noradrenergic signaling. The action of antidepressants, mainly by increased noradrenergic and / or serotonergic transmission, also affects the pineal production of melatonin. Melatonin is predominantly excreted in the urine as 6-sulfatoxymelatonin (aMT6s). The measurement of aMT6s seems to represent an indirect and non-invasive way of assessing pineal production of melatonin and the effect of antidepressants. Thus, our objective was to evaluate the acute and chronic effect of antidepressants on nocturnal urinary aMT6s in male and female Wistar rats.

Methods: Male and female Wistar rats (N = 32) at 63 days of age were kept under a 12:12h light-dark cycle. The animals were divided into three treatment groups (n = 8, 4 males and 4 females): SAL (saline), FLU (fluoxetine 5mg/kg) and IMI (imipramine 10mg/kg). Treatments were administered through daily intraperitoneal injections, from the 2nd to the 23rd day of the experiment, and the volume injected was set at 2ml/kg. Total urine produced on the 12 hours of dark phase was collected using metabolic cages on the following experimental days: Day 1 (baseline), Day 2 (acute treatment), Day 9 (1-week chronic treatment), Day 16 (2-weeks chronic treatment), Day 23 (3-weeks chronic treatment) and Day 24 (withdrawal). Urinary aMT6s concentration (ng/mL) was determined by an ELISA kit and multiplied by total urine volume (mL) to obtain the amount of aMT6s excreted (ng/12 hours). The interaction between the factors sex*time and between group*time for each sex was evaluated through GEE/Bonferroni (SPSS 23.0).

Results: Male rats displayed significantly higher levels of aMT6s than female rats at all assessed time points ($p<0.001$). Nocturnal aMT6s levels at acute fluoxetine treatment (Day 2) were higher than at baseline (Day 1) in both male ($p<0.001$) and female rats ($p<0.005$). Acute imipramine treatment and both chronic treatments did not elicit a significant response in aMT6s.

Conclusion: This study proposes the measurement of the nocturnal production of urinary aMT6s as a non-invasive method of measuring the effect of antidepressantsin Wistar rats. However, due to methodological issues (small sample size, variation in aMT6s levels at baseline and lack of assessment of estrous cycle and urinary creatinine), our hypothesis that antidepressant treatment would increase urinary aMT6s remains to be accepted or rejected. Identifying suitable research designs to investigate our hypothesis is crucial due to the

translational potential of measuring urinary aMT6s as a biomarker to anticipate the clinical response to antidepressants.

Keywords: Depression. Norepinephrine. Serotonin. Antidepressive agents. Chronobiology.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5-HT	Serotonina
ADTs	Antidepressivos Tricíclicos
AMPc	Adenosina 3',5'-monofosfato cíclico
aMT6s	6-sulfatoximelatonina
ANES	Antidepressivos noradrenérgicos e específicos serotoninérgicos
DA	Dopamina
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
GMPc	Monofosfato cíclico de guanosina
HDRS-21	Escala de Depressão de Hamilton
IFN-γ	Interferon-gama
IL-2	Interleucina-2
iMAOs	Inibidores da Monoaminoxidase
IP3	Inositol trifosfato
IRSAs	Inibidores da recaptação de serotonina e antagonista alfa 2
ISRDs	Inibidores seletivos da recaptação de dopamina
ISRNs	Inibidores seletivos da recaptação de noradrenalina
ISRSNs	Inibidores seletivos da receptação de serotonina e noradrenalina
ISRSs	Inibidores seletivos da receptação de serotonina
MAO	Enzima monoaminoxidase
MEL	Melatonina
NA	Noradrenalina
NSQ	Núcleo supraquiasmático
PKC	Proteína quinase C
PVN	Núcleo paraventricular do hipotálamo
TDM	Transtorno depressivo maior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO COMPREENSIVA

1.1 DEPRESSÃO

O transtorno depressivo maior (TDM) é uma condição muito comum, incapacitante e multifatorial, estando associados a sua prevalência fatores como idade, gênero e nível socioeconômico. A prevalência média de depressão na população geral é 7,4%, sendo duas vezes maior em mulheres do que em homens, principalmente naquelas com idade entre 15 e 29 anos. (BENTLEY; PAGALILAUAN; SIMPSON, 2014; HAWTHORNE; GOLDNEY; TAYLOR, 2008). No continente americano, já é considerado a primeira causa de incapacidade, superando até doenças cardiovasculares (MURRAY; LOPEZ, 1997). Esse transtorno se apresenta com episódios de longa duração e elevadas taxas de cronicidade e de recorrência, o que leva a perdas profissionais, a prejuízo psíquico e físico, além de considerável morbimortalidade por suicídio ou por associação com outras doenças (ABAS; HOTOPF; PRINCE, 2002).

Para propósitos clínicos e de pesquisa, o TDM é mais comumente diagnosticado pelos critérios do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que definem como sintomas: 1) humor deprimido; 2) diminuição do prazer ou perda de interesse; 3) perda ou ganho de peso; 4) insônia ou hipersônia; 5) agitação ou retardo psicomotor; 6) fadiga e perda de energia; 7) sentimento de inutilidade ou de culpa; 8) capacidade diminuída de pensar e de se concentrar e 9) pensamento de morte recorrente. Pelo menos 5 dos 9 sintomas devem estar presentes por um período maior que duas semanas para confirmação do diagnóstico (DSM-5® Update October 2017, 2017). O TDM caracteriza-se pela presença de alterações observáveis no humor e nos ritmos circadianos, cuja sincronização ao ciclo-escuro é essencial à correta regulação dos processos fisiológicos. Neste sentido, a dessincronização observada entre os ritmos endógenos de portadores de TDM e o ciclo claro-escuro tem sido extensivamente estudada (MONTELEONE; MAJ, 2008; V. SORIA; M. URRETAVIZCAYA, 2009). Durante um episódio depressivo grave, pode-se observar alterações do ciclo sono-vigília como despertar precoce, alteração da arquitetura do sono com redução do tempo de latência para o sono REM, maior duração do sono REM, aumento no número de movimentos oculares durante o sono REM (GERMAIN; KUPFER, 2008) e

diminuição do sono de ondas lentas e atividade de ondas lentas (BENCA et al., 2009; GERMAIN; KUPFER, 2008; V. SORIA; M. URRETAVIZCAYA, 2009).

Existem tipos variados de tratamento para o TDM. Eles podem ser na forma de psicoterapias em casos mais leves e moderados, se tornando o suficiente para a manutenção e a diminuição das chances de recorrência (PAMPALLONA et al., 2004) e, em casos moderados a graves, na forma medicamentosa (RAMASUBBU et al., 2012). Entretanto, nenhum tratamento isolado pode ser considerado superior para a melhora do que a combinação deles (PAMPALLONA et al., 2004). A identificação de fatores de risco e de fatores de resistência ao tratamento pode ser útil para orientar a seleção da melhor estratégia clínica, evitando tentativas e erros ineficientes e melhorando a terapêutica do TDM (NIE et al., 2018).

1.2 ANTIDEPRESSIVOS

Os medicamentos antidepressivos foram descobertos no final da década de 50 e a sua utilização trouxe um avanço importante no tratamento dos transtornos depressivos e no entendimento dos possíveis mecanismos desses (STAHL, 1998). Até os anos 80, apenas duas classes de antidepressivos haviam sido descobertas: os inibidores de monoaminoxidase (iMAOs) e os antidepressivos tricíclicos (ADTs). Apesar de consideradas muito eficazes, essas classes apresentam efeitos colaterais indesejáveis causados pela inespecificidade de sua ação farmacológica e são consideradas potencialmente letais em casos de superdosagem (JB; GM, 2000). Atualmente, os antidepressivos são classificados em função de sua ação farmacológica, pois não compartilham estruturas comuns. Os fármacos podem pertencer a uma das seguintes classes: antidepressivos tricíclicos (ADTs), inibidores seletivos da recaptação da serotonina (ISRSs), inibidores seletivos da recaptação da serotonina e noradrenalina (ISRSNs), inibidores da monoaminoxidase (iMAOs) e os antidepressivos atípicos (USALA et al., 2008).

Apesar dos avanços nos estudos sobre TDM, ainda não há uma explicação completa e adequada do funcionamento dos antidepressivos, apenas hipóteses de quais seriam seus mecanismos de ação. Apesar de apresentarem estruturas químicas diferentes, os antidepressivos possuem em comum a capacidade de aumentar agudamente a disponibilidade sináptica de um ou mais neurotransmissores através da inibição do metabolismo, do bloqueio

de recaptura neuronal ou da atuação em autoreceptores pré-sinápticos (BEZCHLIBNYK-BUTLER; JEFFRIES, 1999), resultando em um aumento da eficiência sináptica da transmissão monoaminérgica (neurônios noradrenégicos e/ou serotonérgicos). Apesar de essencial, este efeito não explica a demora para se obter uma resposta clínica, que geralmente leva de 2 a 4 semanas. A principal explicação para essa demora seria a da subsensibilização dos neurônios pós-sinápticos cuja resolução se correlaciona com o início da melhora clínica, sendo necessárias alterações na quantidade e sensibilidade dos receptores pós-sinápticos para corresponder ao aumento dos níveis de neurotransmissores (STAHL, 1998).

1.2.1 Inibidores da Monoaminoxidase (iMAOs)

Os iMAOs foram os primeiros antidepressivos descobertos, porém hoje em dia o seu uso tem decaído devido aos seus efeitos colaterais e suas interações com outros medicamentos e até mesmo com alimentos (WIMBISCUS; KOSTENKO; MALONE, 2010). O seu mecanismo de ação ainda não está totalmente esclarecido, sabendo-se apenas que promove inibição da enzima monoaminoxidase (MAO) (RAMSAY, 2013; WIMBISCUS; KOSTENKO; MALONE, 2010). A MAO apresenta dois subtipos, a MAO-A e a MAO-B, envolvidas no metabolismo da serotonina (5-hidroxitriptamina, 5-HT), da noradrenalina (NA) e da dopamina (DA). Sendo assim, a inibição da MAO resulta em um aumento das concentrações desses neurotransmissores (FINBERG, 2014). Podemos citar como exemplos dessa classe os antidepressivos iproniazida, fenelzina e moclobemida (HIMMELHOCH JM., 1995).

Em relação à farmacocinética, os iMAOs são bem absorvidos pelo trato gastrointestinal, sofrem biotransformação hepática e geram metabólitos ativos que passam por eliminação renal (MORENO; MORENO; SOARES, 1999). Um dos principais efeitos adversos é a conhecida “reação do queijo”, que ocorre devido à inibição permanente da MAO pelos iMAOs, sendo necessário adotar uma dieta pobre em tiramina (monoamina derivada da tirosina, encontrada em bebidas e alimentos fermentados como queijo e vinho) de modo a evitar uma crise hipertensiva potencialmente fatal (MORENO; MORENO; SOARES, 1999).

1.2.2 Antidepressivos Tricíclicos (ADTs)

Os ADTs são assim denominados pelo fato de apresentarem na estrutura um núcleo com três anéis semelhantes às fenotiazinas, podendo ser do tipo aminas secundárias ou terciárias. Em relação à farmacocinética, os ADTs possuem uma absorção incompleta por via oral, sofrem um efeito de primeira passagem e então são ligados às proteínas plasmáticas, possuindo alto volume de distribuição. Como resultado da biotransformação, vários metabólitos ativos são formados. Apresentam uma estreita janela terapêutica, isto é, sua dose terapêutica é próxima da dose tóxica, havendo grandes variações pessoais (MORENO; MORENO; SOARES, 1999). Atuam no sistema límbico e possuem como mecanismo de ação em nível pré-sináptico o bloqueio da recaptura de monoaminas, principalmente NA, 5-HT e, em menor grau, DA. Mesmo que seu mecanismo de ação ainda não tenha sido totalmente elucidado, o que se sabe é que os ADTs aumentam a NA e/ou a 5-HT na fenda sináptica por meio do bloqueio da recaptação de monoaminas pelos terminais nervosos, competindo pelo sítio ligante da proteína transportadora de monoaminas e promovendo um aumento agudo na eficiência da transmissão monoaminérgica (e possivelmente GABAérgica) (GILLMAN, 2007; HAZELL; MIRZAIE, 2013). Como exemplo de fármacos pertencente dessa classe, podemos citar: imipramina, desipramina, amitriptilina e nortriptilina (HIMMELHOCH JM., 1995).

Os ADTs ainda afetam outros receptores, como os receptores muscarínicos da acetilcolina, causando os efeitos adversos marcantes conhecidos como anticolinérgicos que, muitas vezes, são motivo da não-adesão ao tratamento. Quando utilizados de forma crônica, dessensibilizam receptores β1 adrenérgicos e serotoninérgicos 5-HT2 e 5-HT1A no sistema nervoso central através de sistemas de mensageiros secundários; adenosina 3’, 5’-monofosfato cíclico (AMPc), cálcio, diacilglicerol e fosfolípideos estimulam a fosforilação de quinases protéicas, possivelmente envolvidas na síntese das catecolaminas (adrenalina, NA e DA). Podem, ainda, aumentar a ligação de proteína G a receptores dessensibilizados, exercendo uma ação reguladora no receptor (HAZELL; MIRZAIE, 2013).

1.2.3 Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (ISRSs)

A principal classe de antidepressivos utilizada atualmente é a dos ISRSs, da qual podemos citar como exemplo: fluoxetina, sertralina e citalopram (HIMMELHOCH JM., 1995). Por isso, os principais marcadores biológicos de depressão estudados até o presente são componentes do sistema de transmissão serotoninérgico, incluindo-se enzimas de síntese, transportadores, receptores e metabolizadores desse neurotransmissor (VEENSTRA-VANDERWEELE; ANDERSON; COOK, 2000). Estudos realizados nos últimos 15 anos trouxeram informações sobre a ação dos ISRSs em circuitos cerebrais, na atividade endócrina, imune e na expressão de genes-relógio (CARVALHO; RYBKA; CARVALHO, 2012; EDGAR et al., 1993; EDGAR; MARTIN; DEMENT, 1991; GLASS et al., 2003; MELTZER, M.D. et al., 1997; MISTLBERGER et al., 1998; PICKARD et al., 1996, 1999; PROSSER et al., 1993; QUINTERO; MCMAHON, 1999; REA; PICKARD, 2000; SMITH et al., 2001; SZABO; DE MONTIGNY; BLIER, 1999, 2000). O efeito dos ISRSs no funcionamento cerebral se dá, inicialmente, pelo bloqueio da bomba de recaptação de 5-HT e aumento da quantidade de 5-HT nas fendas sinápticas localizadas no núcleo da rafe. Com o uso continuado, a maior disponibilidade de 5-HT desencadeia respostas adaptativas. A diminuição do número e sensibilidade de receptores 5-HT1A diminui o feedback negativo sobre sua própria liberação, intensificando a atividade serotoninérgica nas projeções do núcleo da rafe (SZABO; DE MONTIGNY; BLIER, 2000).

Os ISRSs em geral apresentam uma alta ligação proteica. A fluoxetina é a única que apresenta metabólito com atividade clínica significativa, a norfluoxetina, que possui uma meia-vida de 7 a 9 dias e provoca inibição da recaptação de serotonina e inibição de isoenzimas do citocromo P450. A meia-vida prolongada e o tempo para se atingir o estado de equilíbrio apresentam significado clínico, como a maior latência para o início da ação antidepressiva (GOODNICK; GOLDSTEIN, 1998). Entre os principais efeitos adversos causados pelos inibidores da recaptação de serotonina estão: náusea, anorexia, insônia, alterações gastrintestinais e disfunção sexual (RANG et al., 2012).

1.2.4 Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina e Noradrenalina (ISRSNs)

Os ISRSNs são alguns dos antidepressivos mais atuais e incluem os fármacos venlafaxina e duloxetina (HIMMELHOCH JM., 1995). Possuem potente ação bloqueadora da recaptação de NA e 5-HT. Por se tratar de uma nova classe, as informações sobre suas interações medicamentosas ainda são escassas, porém já há relatos de casos de interação com anti-hipertensivos (FEIGHNER, 1995; RICHELSON, 1994; STAHL, 1998). Devido a seu potente bloqueio da recaptação destas monoaminas, os ISRSNs podem elevar a pressão arterial de pacientes normotensos, porém geralmente em níveis não patológicos e sem repercussões clínicas significativas. Em relação à farmacocinética, apresentam um ótimo perfil para administração simultânea a outros medicamentos, pois possuem pouca capacidade de ligação às proteínas plasmáticas e não tem ação significativa sobre as isoenzimas hepáticas do citocromo P45O (FEIGHNER, 1995; RICHELSON, 1994).

1.2.5 Antidepressivos Atípicos

Os antidepressivos atípicos são os antidepressivos mais atuais e atuam através de vários mecanismos de ação diferentes, embora alguns ainda não tenham sido totalmente caracterizados ou tenham mecanismo de ação desconhecido (NADAL-VICENS et al., 2009). Estes fármacos não se enquadram nas classes anteriores, incluindo: inibidores de recaptura de serotonina e antagonista alfa 2 (IRSAs), inibidores seletivos de recaptura de dopamina (ISRDs), inibidores seletivos da recaptação de noradrenalina (ISRNs) e antidepressivos noradrenérgicos e específicos serotoninérgicos (ANES). São alguns exemplos a bupropiona, a mirtazapina, a nefazodona e a trazodona (MORENO; MORENO; SOARES, 1999).

1.3 EFICÁCIA DOS ANTIDEPRESSIVOS

Alguns estudos demonstram que os antidepressivos possuem eficácia em depressões moderadas a graves, porém esse mesmo resultado não é observado em depressões leves. Entretanto, também há evidências de que esses fármacos são eficazes em todos os tipos de

depressão, apenas melhorando os sintomas ou obtendo a remissão (ANDERSON; NUTT; DEAKIN, 2000).

Ao iniciar o tratamento com antidepressivos, deve-se aumentar gradualmente a dose do mesmo até atingir a dose mínima eficaz. Uma vez que a dose mínima eficaz é atingida, é preciso aguardar pelo menos uma semana antes de considerar incremento de dose ou troca de antidepressivo. Depois de atingida a remissão completa do quadro depressivo, a dose de antidepressivo necessária para este fim deve ser mantida por vários meses (mínimo de seis) para consolidação da remissão (TENG et al., 2005).

Neste contexto, a melatonina (MEL) tem sido proposta como um possível indicador da eficácia do tratamento da depressão. Hidalgo et al. (2011) desenvolveu um estudo com 22 mulheres com escore na Escala de Depressão de Hamilton (HDRS-21) maior ou igual a 11, avaliando sua excreção de 6-sulfatoximelatonina (aMT6s, metabólito urinário da MEL) em 3 períodos: nas 24h antecedentes ao início do tratamento; nas 24h posteriores à primeira dose de nortriptilina; e duas semanas após o início do tratamento. Os resultados desse estudo demonstraram uma correlação entre o aumento na excreção de aMT6s, representativo de um aumento na neurotransmissão noradrenérgica, e a melhora dos sintomas depressivos de acordo com a redução da pontuação da HDRS-21 (HIDALGO et al., 2011). Em um estudo realizado por Wirz-Justice A et al. (1980), constatou-se que a melatonina na pineal e no plasma teve um aumento significativo após tratamento agudo com diversos antidepressivos, havendo uma redução neste aumento após tratamento crônico com um ADT (clomipramina), o que poderia ser efeito da subsensibilização do receptor beta adrenérgico e da redução da resposta adenilato ciclase à NA (WIRZ-JUSTICE; ARENDT; MARSTON, 1980).

1.4 MELATONINA, REGULAÇÃO E SÍNTESE

A MEL é um hormônio sintetizado em períodos de escuridão e suprimido na presença de luz, sendo o início de sua produção ao entardecer (CAJOCHEN; KRÄUCHI; WIRZ-JUSTICE, 2003). Esta molécula exerce efeito sobre aspectos comportamentais e fisiológicos, destacando-se sua atividade sobre o ciclo sono-vigília em humanos, cujo ritmo é influenciado pela ação alternada de elevados níveis de MEL produzidos durante a noite e reduzidos durante o dia (KIM; JEONG; HONG, 2015). A organização circadiana do sistema imune, das defesas

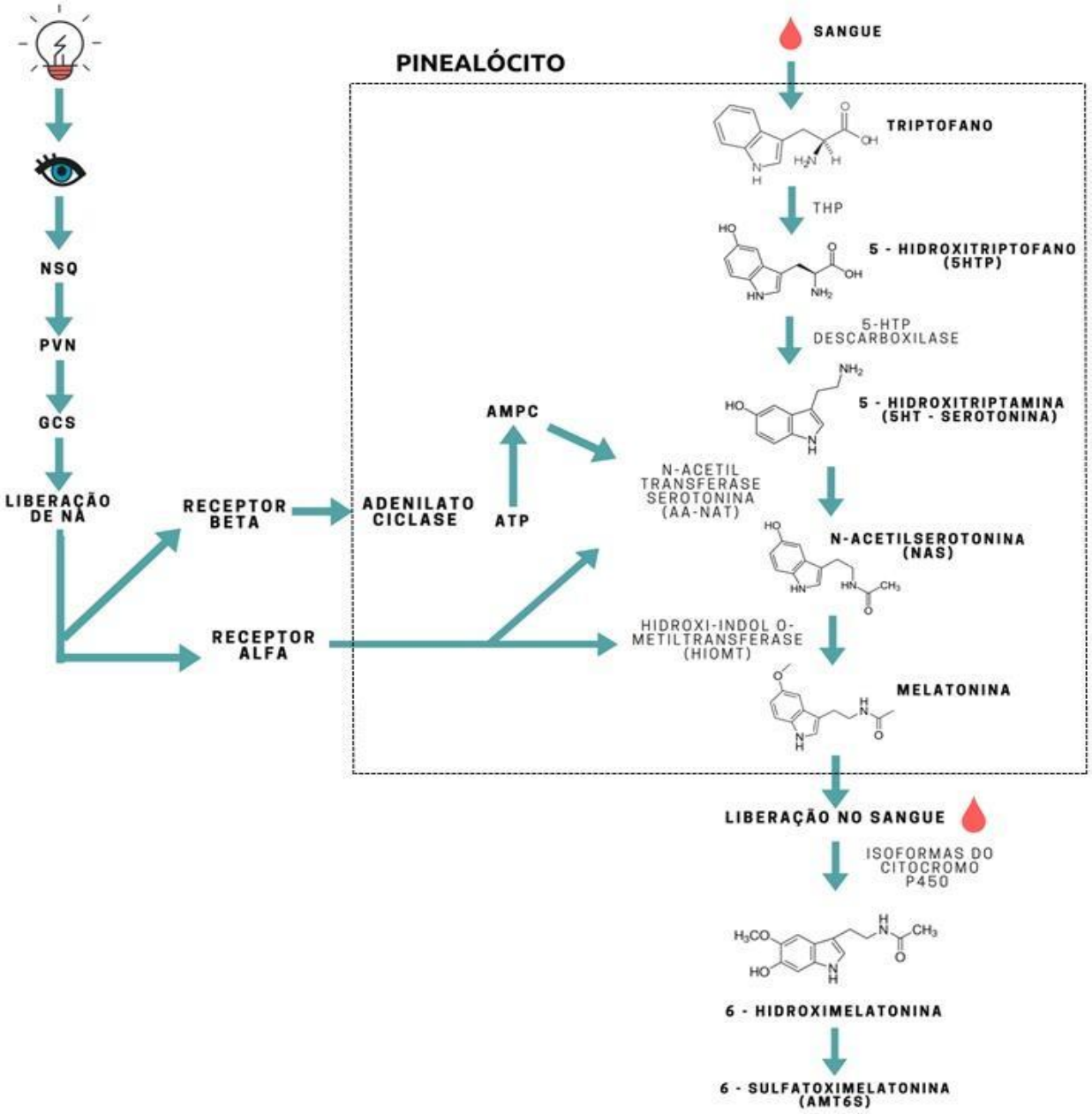
antioxidativas, a hemostasia e a regulação da glicose também estão relacionadas à MEL (CLAUSTRAT; BRUN; CHAZOT, 2005).

A principal via de regulação da produção de MEL se dá pela glândula pineal, regulada principalmente pela atividade do núcleo supraquiasmático (NSQ) (Figura 1). O NSQ é um estrutura bilateral localizada no hipotálamo anterior, dorsal ao quiasma óptico, considerada o marcapasso central dos ritmos circadianos. É composto por células com ritmos individuais que são acoplados pelo efeito da luz (QUINTERO; KUHLMAN; MCMAHON, 2003). A informação luminosa é captada pelas células ganglionares intrinsecamente fotossensíveis da retina e transmitida principalmente através do trato retino-hipotalâmico, em uma via monossináptica, ao centro do NSQ, ativando a expressão de genes-relógio (REPPERT; WEAVER, 2002; SIMONNEAUX; RIBELAYGA, 2003; ZAWILSKA; SKENE; ARENDT, 2009). O NSQ exerce efeito inibitório sobre o núcleo paraventricular do hipotálamo (PVN) durante o dia. Na ausência de luz durante a noite há inibição do marcapasso central e, consequentemente, a inibição sobre o PVN é interrompida. Feixes do PVN atingem as células intermédio-laterais dos três segmentos superiores da coluna vertebral e estas inervam o gânglio cervical superior. Neurônios noradrenérgicos do gânglio cervical superior inervam a pineal, onde, ao liberar noradrenalina, desencadeiam uma sequência de eventos bioquímicos que resultam na produção e liberação rítmica de MEL (SIMONNEAUX; RIBELAYGA, 2003; ZAWILSKA; SKENE; ARENDT, 2009).

A MEL tem sua síntese a partir da serotonina e segue essa sequência de reações: conversão do triptofano em serotonina; conversão da serotonina em N-acetilserotonina (sendo mediada pela enzima aril-alcil-amina-Nacetiltransferase); e conversão da N-acetilserotonina em MEL (sendo mediada pela enzima hidroxi-indol-O-metiltransferase) (CLAUSTRAT; BRUN; CHAZOT, 2005). No ser humano, a produção de MEL inicia ao anoitecer, tem um pico no meio da noite com valores séricos de 60 a 70pg/ml e diminui lentamente na segunda metade da noite até atingir seu valor mínimo ao amanhecer, podendo ser menor que 5pg/ml (DAWSON; ARMSTRONG, 1996; DAWSON; ENCEL, 1993; LACK; WRIGHT, 2007; NAVE et al., 1996). Uma das características do ritmo normal de secreção da MEL em humanos é o seu ritmo individual regular, como um marcador pessoal, havendo uma grande variedade na amplitude do ritmo entre indivíduos (ARENDT, 2006). O ritmo de secreção de MEL se modifica de acordo com a idade, atingindo sua amplitude máxima entre 1 e 3 anos de idade e declinando progressivamente nos idosos (ARENDT; SKENE, 2005; FOURTILLAN et al., 2001; ZAWILSKA; SKENE; ARENDT, 2009). Sua secreção ocorre no período do escuro, atingindo níveis plasmáticos máximos de 3 a 4h após o horário habitual de dormir;

esses horários e níveis variam de acordo com o cronotipo do indivíduo. Após a sua secreção, a MEL se distribui por vários tecidos corporais e não é estocada (REITER, 1991). Possui uma alta solubilidade em lipídeos, o que facilita sua passagem através das membranas celulares, inclusive através da barreira hematoencefálica (CLAUSTRAT; BRUN; CHAZOT, 2005; PARDRIDGE; MIETUS, 1980). Cerca de 70% da MEL encontrada na corrente sanguínea se encontra conjugada à albumina (MORIN et al., 1997). As quantidades de MEL noturna variam entre 10-80g (GEOFFRIAU; CLAUSTRAT; VELDHUIS, 1999).

Figura 1 - Síntese de melatonina via pineal.



NSQ: Núcleo Supraquiasmático NA: Noradrenalina.

A MEL produzida na pineal é secretada diretamente na corrente sanguínea, levando a informação temporal ao NSQ e aos tecidos periféricos (JAGANNATH; PEIRSON; FOSTER, 2013; SIMONNEAUX; RIBELAYGA, 2003). Como mencionado anteriormente, este hormônio não é estocado e, desta forma, o nível sérico de MEL reflete a atividade da pineal. Mais de 90% da MEL circulante são inativados pelo fígado: a MEL é hidrolisada na posição 6 pelo Citocromo P450 (CYP1A2) resultando em 6-hidroximelatonina. Esta, então, é conjugada com sulfato, produzindo aMT6s e, em menor grau, é conjugada com ácido glicurônico; a seguir, é excretada na urina. O metabólito aMT6s aparece e atinge seu pico com cerca de 1 a 2h de atraso em relação à melatonina. Na urina, 50 a 80% da aMT6s aparece nas amostras noturnas (24-8h). Durante a tarde e ao anoitecer os níveis são baixos, embora raramente indetectáveis (CLAUSTRAT; BRUN; CHAZOT, 2005; ZAWILSKA; SKENE; ARENDT, 2009). A excreção de aMT6s urinária reflete os níveis plasmáticos de MEL e representa uma forma indireta e não-invasiva de aferição dos níveis de MEL produzidos pela glândula pineal (ARENDT, 2006; ZAWILSKA; SKENE; ARENDT, 2009).

Existem outras fontes de produção de MEL além da produção via pineal, como a retina, o corpo ciliar da íris, as glândulas harderianas e lacrimais, os linfócitos, o intestino grosso e em menor quantidade em outros locais. Essas têm uma contribuição muito baixa para a concentração plasmática da MEL, porém, são importantes para ação no local em que a MEL é produzida. Essa produção extrapineal justificaria a presença de baixos níveis de aMT6s na urina de ratas que passaram por remoção da glândula pineal. Porém, é importante salientar que o ritmo circadiano e a grande concentração noturna desse hormônio são determinados por sua síntese na pineal (CLAUSTRAT; BRUN; CHAZOT, 2005; MACCHI; BRUCE, 2004).

1.5 SINALIZAÇÃO E AÇÃO DA MELATONINA

A melatonina, além de ações diretas e de ações independentes de receptores (p.ex. sobre as espécies reativas de oxigênio e de nitrogênio), também age através de seus receptores específicos. Há três tipos de receptores de membrana para a MEL adequadamente clonados e molecularmente caracterizados: MT1 (MTNR1A ou Mel1A), MT2 (MTNR1B ou Mel 1B) e MT3 (MTNR1C ou Mel 1C) (DUBOCOVICH et al., 2003). Os receptores de alta afinidade MT1 e MT2 pertencem à superfamília dos receptores ligados à proteína G. Em particular, ligam-se às proteínas Gi ou G0, podendo promover uma redução na produção de AMPc

(DUBOCOVICH et al., 2003). No caso do receptor MT1, além de ligar-se à Gi, tem afinidade pelas proteínas Gq ou G11, o que lhe confere a característica de, ativando a fosfolipase C, aumentar a produção de diacilglicerol e inositol trifosfato (IP3), podendo, por consequência, aumentar a concentração intracelular de cálcio e atividade da proteína quinase C (PKC). Os mecanismos mobilizados pela Gi, quando da ativação do receptor MT2, podem também resultar em redução do monofosfato cíclico de guanosina (GMPc) (CLAUSTRAT; BRUN; CHAZOT, 2005; MACCHI; BRUCE, 2004). Esses receptores de alta afinidade estão distribuídos por todo o organismo, desde o sistema nervoso central, onde está presente em diversas estruturas, até a periferia do organismo, sendo encontrados em muitos órgãos e tecidos (SIROTKIN; SCHAEFFER, 1997). Por fim, o MT3 é um receptor com estrutura molecular muito parecida com a da enzima quinona redutase e com funções ainda não completamente esclarecidas (NOSJEAN et al., 2001).

Por muito tempo, os estudos sobre MEL estiveram restritos à sua ação no sistema nervoso central. Contudo, o interesse nos efeitos da MEL tem-se ampliado, como por exemplo com a identificação de sítios de ligação da MEL nas gônadas (SIROTKIN; SCHAEFFER, 1997) e com a caracterização do receptor de MEL em ovários de ratas (DUBOCOVICH et al., 2003). Além disso, alterações nos níveis séricos de MEL estão relacionados com distúrbios da ovulação em mulheres (LUBOSHITZKY et al., 2003), bem como em ratas (DAIR et al., 2008). Em ratas e no ser humano há evidências da ação direta da MEL sobre a função ovariana via modulação da esteroidogênese ovariana (MASANA; SOARES; DUBOCOVICH, 2005), principalmente na produção de progesterona (ADRIAENS et al., 2006). Além disso, há presença de altas concentrações de melatonina no líquido do folículo pré-ovulatório (RÖNNBERG et al., 1990) e de receptores MT1 e MT2 nos folículos ovarianos humanos (VIJAYALAXMI et al., 2002). Os níveis de MEL também podem influenciar os processos fisiológicos e neoplásicos do sistema reprodutor (LUBOSHITZKY et al., 2003).

Células imunocompetentes também possuem receptores de membrana para a MEL (MAESTRONI, 1995; POON et al., 1994). Há mais sítios de ligação para este hormônio em linfócitos do tipo CD4+, sugerindo que essas são as células mais responsivas à MEL na subpopulação leucocitária. Nessas, a MEL estimula a produção de interleucina-2 (IL-2) e de interferon-gama (IFN-γ). Porém, quando há administração de IL-2, essa inibe a produção de MEL pela glândula pineal, indicando um sistema de *feedback* negativo (MAESTRONI, 1998). A MEL apresentou efeitos pró-inflamatórios em inflamações alérgicas pulmonares e asma brônquica (MARTINS et al., 2001). Em animais pinealectomizados, o infiltrado de

eosinófilos no pulmão e a proliferação de células na medula óssea está reduzido e se intensificam com a reposição de melatonina (LOPES et al., 1997; LOPES; MARIANO; MARKUS, 2001).

1.6 JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pela sua característica translacional, uma vez que existem implicações do uso dos antidepressivos na produção de melatonina. Nós hipotetizamos que os tratamentos antidepressivos promovem um aumento nos níveis de aMT6s como consequência do aumento da transmissão monoaminérgica, independentemente do sexo.

Isto tem reflexo em estudos da área da psiquiatria, neuromodulação, oncologia e imunologia, nos quais a medida da aMT6s urinária é fundamental. Este projeto tem como objetivo estabelecer um método confiável e não-invasivo de mensuração desta produção em ratos Wistar machos e fêmeas saudáveis. Além disso, avaliará os efeitos agudo e crônico dos antidepressivos fluoxetina (IRSS) e da imipramina (ADT), por meio da excreção urinária de 6-sulfatoximelatonina.

1.7 OBJETIVOS

1.7.1 Objetivo geral

Avaliar o efeito agudo e crônico dos antidepressivos Fluoxetina (ISRS) e Imipramina (ADT) na excreção urinária de aMT6s em ratos machos e fêmeas Wistar saudáveis.

1.2.2 Objetivos específicos

Padronizar a metodologia para a coleta de urina em gaiolas metabólicas para posterior análise de aMT6s em ratos Wistar saudáveis;

Avaliar o efeito agudo dos antidepressivos Fluoxetina (5mg/kg) e Imipramina (10mg/kg) na excreção de aMT6s em ratos machos e fêmeas;

Avaliar o efeito crônico dos antidepressivos Fluoxetina (5mg/kg) e Imipramina (10mg/kg), 7 dias, 14 dias e 21 dias após o início do tratamento, na excreção de aMT6s em ratos machos e fêmeas;

Comparar os efeitos dos dois fármacos sobre a excreção de aMT6s em ratos machos e fêmeas.

2 ARTIGO CIENTÍFICO

Os resultados obtidos experimentalmente neste trabalho foram organizados na forma de artigo científico, a ser submetido ao periódico “Journal Of Psychopharmacology”.

Fluoxetine and Imipramine effects on night-time urinary 6-sulfatoxymelatonin of healthy rats

Juliana Jury Freitas[a], *Nicóli B. Xavier*[a], *Luísa Klaus Pilz*[a], *Juliana C. Beauvalet*[a]

Maria Paz L. Hidalgo[a]

[a] Laboratório de Cronobiologia e Sono, Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal, Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Ciências do Comportamento, Hospital de Clínicas de Porto Alegre/Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS, Brazil.

Corresponding author: Juliana Jury Freitas

Address: Laboratório de Cronobiologia e Sono do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Rua Ramiro Barcelos, 2350, Centro de Pesquisa Clínica, room 21617, Porto Alegre, RS, Brazil. Postal code: 90035-903

Email: labcronoesono@hcpa.edu.br **Phone number:** +55 51 3359 6339

Abstract

Background: There is a delay in obtaining a clinical response to antidepressant treatment, taking 2 to 4 weeks on average. Possible predictors of the effect of antidepressants have been evaluated in order to optimize clinical practice. One of the potential biomarkers is melatonin, produced primarily by the pineal gland at night and synthesized from serotonin in response to noradrenergic signaling. Consequently, the action of antidepressants, which occurs mainly by increasing the synaptic efficiency of noradrenergic and/or serotonergic transmission, also affects the pineal production of melatonin. Melatonin secreted by the pineal is released into the bloodstream and predominantly excreted in the urine as the metabolite 6-sulphatoxymelatonin (aMT6s). Thus, measurement of aMT6s content in nocturnal urine may represent an indirect and non-invasive way of assessing pineal melatonin production and the integrity of monoaminergic signaling, predicting the biological effect of antidepressants.

Aims: Evaluate the acute and chronic effects of antidepressants fluoxetine and imipramine on nocturnal urinary aMT6s in healthy male and female Wistar rats.

Methods: Male and female Wistar rats (N = 32) at 63 days of age were kept under a 12:12h light-dark cycle. The animals were divided into three treatment groups (n = 8, 4 males and 4 females): SAL (saline), FLU (fluoxetine 5mg/kg) and IMI (imipramine 10mg/kg). Treatments were administered through daily intraperitoneal injections, from the 2nd to the 23rd day of the experiment, and the volume injected was set at 2ml/kg. Total urine produced on the 12 hours of dark phase was collected using metabolic cages on the following experimental days: Day 1 (baseline), Day 2 (acute treatment), Day 9 (1-week chronic treatment), Day 16 (2-weeks chronic treatment), Day 23 (3-weeks chronic treatment) and Day 24 (withdrawal). Urinary aMT6s concentration (ng/mL) was determined by an ELISA kit and multiplied by total urine volume (mL) to obtain the amount of aMT6s excreted (ng/12 hours).

The interaction between the factors sex*time and between group*time for each sex was evaluated through GEE/Bonferroni (SPSS 23.0).

Results: Male rats displayed significantly higher levels of aMT6s than female rats at all assessed time points ($p<0.001$). Nocturnal aMT6s levels at acute fluoxetine treatment (Day 2) were higher than at baseline (Day 1) in both male ($p<0.001$) and female rats ($p<0.005$). Acute imipramine treatment and both chronic treatments did not elicit a significant response in aMT6s.

Conclusion: This study proposes the measurement of the nocturnal production of urinary aMT6s as a non-invasive method of measuring the effect of antidepressantsin Wistar rats. However, due to methodological issues (small sample size, variation in aMT6s levels at baseline and lack of assessment of estrous cycle and urinary creatinine), our hypothesis that antidepressant treatment would increase urinary aMT6s remains to be accepted or rejected. Identifying suitable research designs to investigate our hypothesis is crucial due to the translational potential of measuring urinary aMT6s as a biomarker to anticipate the clinical response to antidepressants.

Keywords: Melatonin; urine; selective serotonin reuptake inhibitor; tricyclic antidepressant; circadian rhythm.

Introduction

Depression is a common mental disorder and a greater disability cause in the world, yet it is still underdiagnosed and untreated (1). The prevalence of depressive disorders is estimated to be 4.4% in the world, with a rate of 3.77-4.06% in Brazil (2), affecting mostly women. Despite being a prevalent condition, the pathophysiology of depression is not yet well understood and it seems to be a multifactorial disorder. One of the most accepted hypotheses speculates that a decrease of monoamines in the central nervous system is part of the etiology of depression, although suggesting that other regulatory systems may be involved (3).

Antidepressant drugs, discovered in the 1950's, brought an important progress in the understanding of depressive disorder pathophysiology and treatment (4,5). Currently antidepressants are classified by their pharmacological action as monoamine oxidase inhibitors (MAOIs), tricyclic antidepressants (TCAs), selective serotonin reuptake inhibitors (SSRIs), selective serotonin/noradrenaline reuptake inhibitors (SNRIs) and atypical antidepressant. Although there is no evidence supporting one specific class of antidepressant as the firstline treatment, fluoxetine (SSRI) and imipramine (TCA) are the most widely used among the available drugs, with a good efficacy and tolerability by patients (6). Regardless of chemical structure, antidepressants promote an acute increase in synaptic efficiency of monoaminergic transmission (noradrenergic and/or serotoninergic neurons) (Bezchlibnyk-Butler KZ et al.,1999). However, the increase in neurotransmitter levels might be accompanied by a subsensitization of postsynaptic receptors, resulting in a delay of 2-4 weeks from beginning of treatment to resolution of the subsensitization and clinical improvement (4).

The lack of response in use of antidepressants is around 60% in first treatment and 10-20% of patients might remain symptomatic after two years even with different treatment

strategies (7). Untreated depression is associated with comorbidities and greater use of general medical services directly increasing the cost on health public systems, which is also indirectly impacted by the disability and reduced work productivity associated to the depressive disorder (8). Therefore, searching for a biomarker or predictor of antidepressant treatment efficacy could be a good strategy to improve quality of life for depressive patients and potentially decrease health services costs (9). In this context, the hormone melatonin (MEL) has been proposed as a potential predictor due to the monoaminergic regulation of its production, which could be affected by the monoaminergic imbalance in depressive disorders and by the monoaminergic modulation by antidepressants (10).

The main regulation pathway of MEL production occurs through the pineal gland, mainly controlled by the suprachiasmatic nucleus (SCN), the central pacemaker of circadian rhythms. Under daylight, the SCN inhibits the paraventricular nucleus (PVN) of hypothalamus. At night, in the absence of light, SCN inhibition over the PVN is interrupted, leading to noradrenergic signaling to the pineal gland (11,12). The noradrenergic input triggers MEL synthesis, which occurs through the following sequence of reactions: tryptophan conversion to serotonin; serotonin conversion to N-acetylserotonin; and N-acetylserotonin conversion to MEL (13).

MEL secretion to the bloodstream occurs exclusively at night according to each individual chronotype, beginning around 2 hours before usual sleep time (14–17) and reaching maximum plasmatic levels 3 to 4 hours after usual sleep time (13). This hormone is not stored and more than 90% of plasmatic MEL are metabolized in the liver resulting in 6-sulfatoxymelatonin (aMT6s), which is then excreted in urine. Urinary aMT6s levels reflect MEL plasmatic levels and represent an indirect and non-invasive way to assess pineal gland MEL production.

We reported that an acute increase in aMT6s levels predicts a positive clinical response to the TCA nortriptyline in female depressive patients (18). Also evaluating depressive patients, Carvalho et al. (2009) demonstrated that an adequate antidepressant treatment, regardless of the action mechanism (SSRI, SNRI or non-selective and non-competitive reuptake inhibitor of neurotransmitters), increases aMT6s levels after 8 weeks (10). An acute increase in aMT6s also predicts improvement in the emotional state of healthy subjects taking the SNRI clomipramine (19). Thus, aMT6s urinary excretion is a promising potential biomarker of the integrity of monoamines signaling in humans (19). In animal research, Reierson GW et al., (2009) evaluated plasma melatonin levels comparing control animals (saline) with treated animals (fluoxetine), concluding that chronic 8-weeks treatment with fluoxetine increased the synthesis of melatonin (20). However, there are still no studies demonstrating similar antidepressants effect on aMT6s in animals, which could represent a noninvasive way of studying antidepressants efficacy in animal models.

The aim of this study was to investigate the acute and chronic effects of the antidepressants fluoxetine and imipramine on nocturnal urinary aMT6s of healthy male and female rats. We hypothesized that both antidepressant treatments would promote an increase in aMT6s levels as a consequence of the increase in monoaminergic transmission regardless of sex.

Materials and methods

Ethics

All procedures were carried out according to institutional policies on animal use in research. This study was approved by the Ethics Committee of the institution (#2017-0617 GPPG/HCPA).

Animals

Wistar rats at postnatal day (PND) 35 (N = 24; 12 male, 12 female) were acquired from Centro de Reprodução e Experimentação de Animais de Laboratório (CREAL). Rats were housed in the animal facility of Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil (Unidade de Experimentação Animal, UEA - HCPA), under standard conditions (12:12h LD cycles, lights on at 07h00 AM) and in groups of 3 animals for 28 days before the beginning of the experiments. Food and water were provided *ad libitum.*

Study Design

Animals were randomized by body weight at PND 59 into 3 treatment groups: Saline (SAL), Fluoxetine 5mg/kg (FLU; Sadeghi M. et al., 2016) and Imipramine 10mg/kg (IMI; Duda W. et al., 2016). Each group consisted of 8 animals, half of each sex, which received daily intraperitoneal injections (2ml/kg) of the corresponding treatment for 22 consecutive days (Day 2-23) beginning at PND 63. All animals were individually allocated in metabolic cages for urine collection during the 12h of the dark phase in the following experimental days:

Day 1 (baseline), Day 2 (acute treatment), Day 9 (1-week chronic treatment), Day 16 (2-weeks chronic treatment), Day 23 (3-weeks chronic treatment) and Day 24 (withdrawal). Urine collections at Day 1 and Day 24 were not preceded by treatment administration in order to assess aMT6s excretion before any treatment (Day 1) and after withdrawal of chronic treatment (Day 24). Animals were euthanized at day 25 (PND 87 by isoflurane overdose (Isofluorano - Instituto Biochimico Ind. Farm. LTDA, Itatiaia, RJ, Brazil). Experimental design can be seen in **Figure 1**.

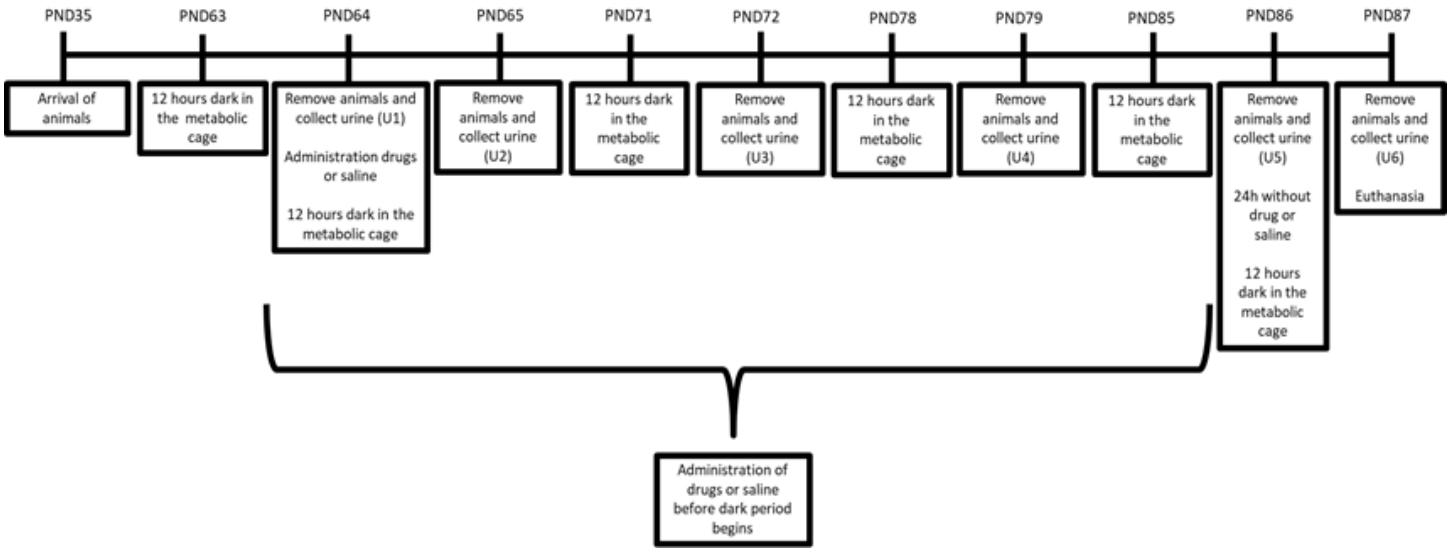


Figure 1. Experimental design. Animals received daily intraperitoneal injections of saline, fluoxetine (5mg/kg) or imipramine (10mg/kg) and nocturnal urine was collected at baseline (Day 1), acute treatment (Day 2), 1-week chronic treatment (Day 9), 2-weeks chronic treatment (Day 16), 3-weeks chronic treatment (Day 23) and treatment withdrawal (Day 24) for aMT6s assessment. aMT6s: 6-sulphatoxymelatonin; SAL: Saline; FLU: Fluoxetine; IMI: Imipramine. n = 8.

Drugs

Fluoxetine 5mg/mL (Pharmanostra, China; Lot F-20170410) and imipramine 10mg/mL (Nutrifarm, India, Lot: ISPM / 438) were obtained from Bulla compounding pharmacy (Porto Alegre, RS, Brazil) in solution with 0.9% saline. Maximum daily injection volume was determined as 2mL/kg. SAL group received 2ml/kg/day of 0.9% saline as control for the others groups. All intraperitoneal injections were administered at the last 30min of the light phase (06h30-07h00 PM).

Urinary aMT6s assessment

Total urine volumes collected in metabolic cages (Techniplast, Eoxtn, PA, EUA) were recorded, transferred to 1,5mL eppendorfs and stored at -80ºC until aMT6s assessment. Urinary aMT6s concentrations (ng/ml) were determined by an ELISA kit (IBL, Hamburg, Germany, Lot EMS183) and corrected for the total 12h urine volume (mL) to obtain the total aMT6s excretion (ng/12h).

Statistical Analyses

Generalized Estimating Equations (GEE) with linear distribution were used to evaluate the effects on aMT6s of sex and time and their interaction, and also the effects of group and time and their interaction separately for each sex. Bonferroni was used for pairwise comparisons. Statistical analyses were performed using SPSS 23.0 software (SPSS Inc, Chicago, IL, USA), with statistical significance set at $p < 0.05$. Graphs were generated using GraphPad Prism 6,

with data presented as estimated marginal means ± standard error (SE) calculated for the GEE model of the interaction sex*time or group*time on aMT6s.

Results

Total night-time aMT6s excreted in the urine at each session in the metabolic cages are depicted for each sex in **Figure 2a**. GEE analysis showed no significant effect of both time (Wald $X^2 = 6.935$, df = 5, p = 0.226) or interaction sex*time (Wald $X^2 = 9.221$, df = 5, p = 0.101), but there was a significant effect of sex as an individual factor (Wald $X^2 = 50.757$, df = 1, $p < 0.001$). Pairwise comparisons showed that male rats displayed significantly higher levels of aMT6s (ng/12h) than female rats at all assessed time points ($p < 0.001$). For that reason, analysis of the interaction between groups and time were carried out separately for each sex.

For male rats (**Figure 2b**), GEE analysis showed no significant effect of group (Wald $X^2 = 0.340$, df = 2, p = 0.844), but there was a significant effect of both time (Wald $X^2 = 16.869$, df = 5, $p < 0.01$) and interaction group*time (Wald $X^2 = 29.953$, df = 9, $p < 0.005$). Pairwise comparisons between groups in the interaction group*time revealed no significant differences at any time point of urine collection. Analyzing the interaction group*time for pairwise comparisons between time points for each group, there were no significant differences for both SAL and IMI groups. However, FLU group male rats displayed higher levels of nocturnal aMT6s after the first dose of treatment than at baseline (Day 1: 494.14 ± 127.61 vs. Day 2: 580.66 ± 126.42; Bonferroni: $p < 0.001$).

For female rats (**Figure 2c**), GEE analysis showed no significant effect of group (Wald $X^2 = 3.323$, df = 2, p = 0.190), but there was a significant effect of both time (Wald X^2

= 30.628, df = 5, $p < 0.001$) and interaction group*time (Wald $X^2 = 874580.046$, df = 9, $p < 0.001$). Pairwise comparisons between groups in the interaction group*time revealed no significant differences at any time point of urine collection. Analyzing the interaction group*time for pairwise comparisons between time points for each group, SAL group female rats displayed higher levels of nocturnal aMT6s at baseline (Day 1: 382.62 ± 41.63) than both after the first dose of treatment (Day 2: 357.65 ± 40.86; Bonferroni: $p < 0.001$) and at the post-treatment assessment (Day 24: 359.86 ± 39.74; Bonferroni: $p < 0.001$). Female rats of IMI group had higher urinary aMT6s after the first dose of treatment than at the third week of chronic treatment (Day 2: 306.71 ± 13.49 vs. Day 23: 290.86 ± 18.02; Bonferroni: $p < 0.05$). Finally, FLU group displayed higher levels of aMT6s after the first dose of treatment (Day 2: 341.54 ± 34.45) than at baseline (Day 1: 314.05 ± 35.16; Bonferroni: $p < 0.005$), at the second week of chronic treatment (Day 16: 244.23 ± 40.56; Bonferroni: $p < 0.05$) and at the third week of chronic treatment (Day 23: 248.42 ± 29.98; Bonferroni: $p < 0.05$). FLU group aMT6s levels at the first week of chronic treatment were also higher than at the third week of chronic treatment (Day 9: 286.39 ± 30.70 vs. Day 23: 248.42 ± 29.98; Bonferroni: $p < 0.05$).

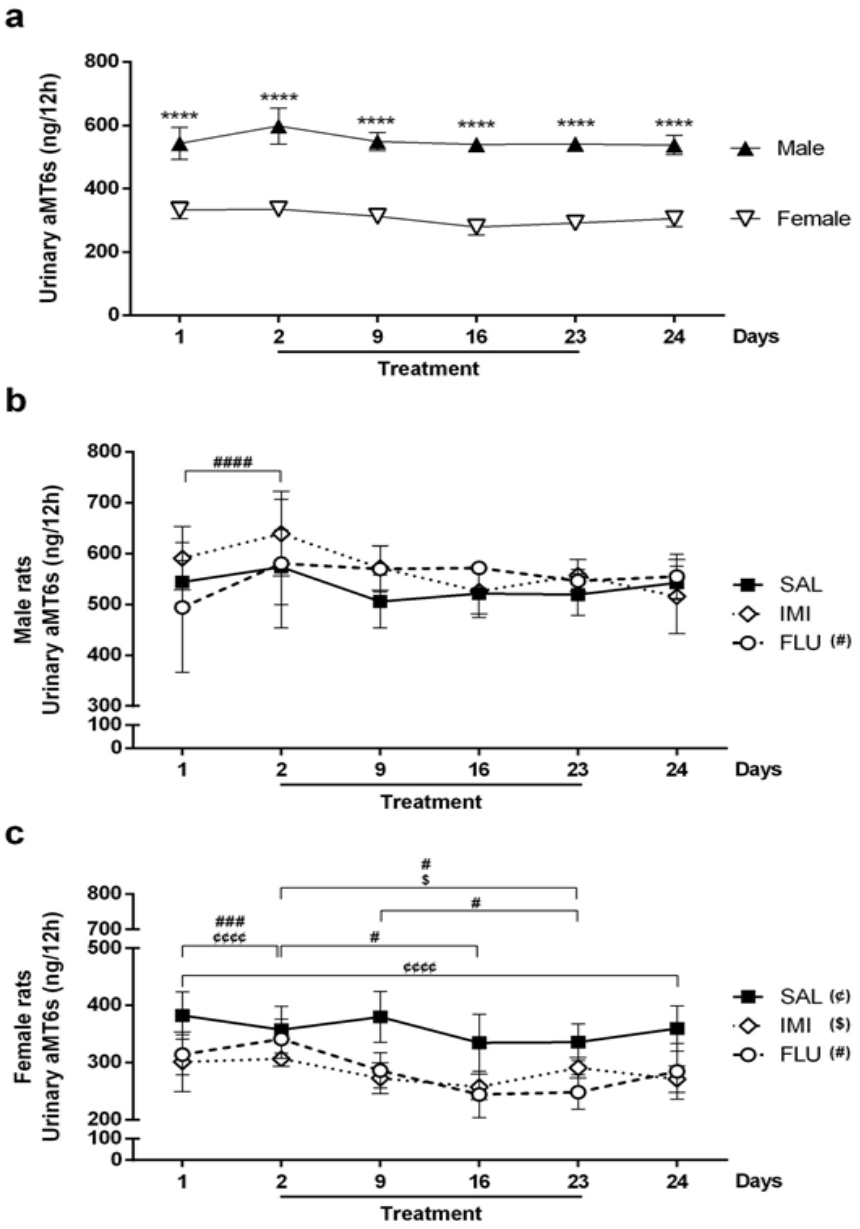


Figure 2. Total night-time 6-sulphatoxymelatonin (aMT6s) excreted in the urine at each day of assessment for each sex independently of groups (a) and for each treatment group in male (b) and female rats (c). Male vs. Female: **** $p<0.001$; Saline (SAL): ¢¢¢¢ $p<0.001$; Imipramine (IMI) group: $ $p<0.05$; Fluoxetine (FLU) group: # $p<0.05$, ### $p>0.005$, #### $p<0.001$; GEE/Bonferroni. Data express test estimated marginal mean ± standard error.

Discussion

The relevance of identifying a reliable predictor of antidepressant treatment efficacy is unequivocal given the burden for both patients and health systems caused by the delayed clinical improvement, especially when the depressive disorder is non-respondent to the initial drug and/or dosage. We examined the nocturnal urinary aMT6s of male and female rats as a potential indicator of the pharmacological action of the antidepressants fluoxetine and imipramine. The study shows that: (1) male rats displayed higher levels of aMT6s than female rats; and (2) both 10mg/kg imipramine and 5mg/kg fluoxetine treatments did not elicit an increase in aMT6s compared to saline in male or female rats.

Regarding the finding of higher aMT6s levels in males than in females, evidence from Yie et al. (1992) also demonstrated higher aMT6s excretion in male rats at 2 and 8 months of age which disappear at later ages. In our study, ages ranged from 2 to 3 months during urine collection, corroborating this finding. According to Yie et al. (1992), testosterone in male rats and estradiol in female rats are also higher at this age and could be mediating the observed differences in aMT6s through an inhibitory action of estradiol and a stimulatory action of testosterone. Although we did not assess sex steroids, this explanation is supported by the close relationship identified between gonadotrophins and melatonin (21–23). We also did not control female rats for estrous cycle stages. However, the literature lacks a consensus regarding the influence of estrous cycle on aMT6s excretion (24). A study by Ozaki et al. (1978) found decreased levels of urinary melatonin during proestrus (25). A study by, White et al. (1997) demonstrated an increase in aMT6s in proestrus but not at the other stages. Despite the higher average levels of aMT6s in males, aMT6s fluctuation throughout the experiment was similar for both sexes (26). Therefore, we believe that female rats'estrous cycle did not play a significant role in our findings.

We did not observe an increase in aMT6s after acute or chronic treatment with the TCA imipramine. We previously reported that acute nortriptyline treatment, which is also a TCA, promotes an increase in aMT6s in female depressive patients (18). The sample size for the present study was calculated assuming the effect size obtained from a study comparing saline and fluoxetine treatments (20). For that reason, the estimated sample size may have been insufficient to detect imipramine effects on aMT6s urinary excretion and increasing the number of animals could yield different results. However, we also previously described that imipramine affect rhythm amplitude in a mice model of acute rhythm disruption (27), suggesting that its controversial impact over biological rhythms could be related to the here reported lack of response in aMT6s excretion. Surprisingly, all female rats of IMI group displayed abdominal wounds at the intraperitoneal injection sites since the second week of chronic treatment. Male rats treated with imipramine did not present such clear lesions although skin alterations could be perceived at the end of the experiment. A search for similar reports in the literature failed to provide further evidences. Thus, for the moment, we lack a definite explanation for this observation.

Despite the evidence that fluoxetine increases plasma melatonin in rats (20), our experiment did not result in higher urinary aMT6s in animals of either sex treated with fluoxetine compared to saline. This lack of effect in aMT6s could be a consequence of the observed variability in aMT6s levels in groups at baseline. Randomization by pre-experiment aMT6s excretion could allow for a better observation of the hypothesized effect of both fluoxetine and imipramine treatments. Additionally, we corrected aMT6s excretion for the total volume of nocturnal urine each animal produced. However, it is possible that the apparatus used for urine collection prevented an accurate assessment of urine volume. There is evidence that inaccurate measurement of urine volume may lead to inconsistent findings regarding aMT6s excretion (6). Therefore, the use of urinary creatinine as a substitute for

urine volume in the correction of aMT6s excretion could elicit different results. At the moment, our hypothesis that antidepressant treatment would increase urinary aMT6s remains to be accepted or rejected. As we used only healthy animals, we also propose that aMT6s assessment could be used in animal models of depression to examine differences or similarities on male and female rats, under antidepressant treatment or not. Identifying suitable research designs to investigate our hypothesis is crucial due to the translational potential of measuring urinary aMT6s as a biomarker to anticipate the clinical response to antidepressants.

Declaration of Conflicting Interests

The authors have no relevant conflicts of interest to disclose.

Funding

This study was supported by Fundo de Incentivo à Pesquisa e Eventos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (FIPE/HCPA) and by fellowships of CAPES (JCB), FAPERGS (JJF, NBX) and CNPq (MPH).

Acknowledgements

The authors wish to thank the staff of the Hospital de Clínicas de Porto Alegre animal facility (especially, Marta Cioato, Tuane Garcez and Daniela Campagnol) and of the Laboratório de Neurobiologia da Pineal/Unifesp (especially PhD. Fernanda Gaspar do Amaral) for technical support.

References

1. Kessler RC, Bromet EJ. The Epidemiology of Depression Across Cultures. Annu Rev Public Health [Internet]. 2013 Mar 18 [cited 2018 Jun 26];34(1):119–38. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23514317

2. Global Burden of Disease Study 2016 (GBD 2016) Data Resources | GHDx [Internet]. Global Burden of Disease Study 2016 (GBD 2016) Data Resources. 2016 [cited 2018 Jun 26]. Available from: http://ghdx.healthdata.org/gbd-2016

3. Krishnan V, Nestler EJ. The molecular neurobiology of depression. Nature [Internet]. 2008 Oct 16 [cited 2018 Jun 27];455(7215):894–902. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18923511

4. Stahl SM. Basic psychopharmacology of antidepressants, part 1: Antidepressants have seven distinct mechanisms of action. J Clin Psychiatry [Internet]. 1998 [cited 2018 Jun 26];59 Suppl 4:5–14. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9554316

5. Paykel ES. Handbook of affective disorders (2nd ed.) [Internet]. 1992 [cited 2018 Jun 26]. Available from: http://psycnet.apa.org/record/1992-98105-000

6. Klante G, Brinschwitz T, Secci K, Wollnik F, Steinlechner S. Creatinine is an appropriate reference for urinary sulphatoxymelatonin of laboratory animals and humans. J Pineal Res [Internet]. 1997 Nov [cited 2018 Jun 26];23(4):191–7. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9462851

7. Ruhé HG, Booij J, van Weert HC, Reitsma JB, Franssen EJ, Michel MC, et al. [Dose-escalation of SSRIS in major depressive disorder. Should not be recommended in current guidelines]. Tijdschr Psychiatr [Internet]. 2010 [cited 2018 Jun 27];52(9):615–25. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20862644

8. Simon GE, Von Korff M, Ludman EJ, Katon WJ, Rutter C, Unützer J, et al. Cost-effectiveness of a program to prevent depression relapse in primary care. Med Care [Internet]. 2002 Oct [cited 2018 Jun 27];40(10):941–50. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12395027

9. Kudlow PA, McIntyre RS, Lam RW. Early Switching Strategies in Antidepressant Non-Responders: Current Evidence and Future Research Directions. CNS Drugs [Internet]. 2014 Jul 16 [cited 2018 Jun 27];28(7):601–9. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24831418

10. Carvalho L, Gorenstein C, Moreno R, Pariante C, Markus R. Effect of antidepressants on melatonin metabolite in depressed patients. J Psychopharmacol [Internet]. 2009 May 18 [cited 2018 Jun 27];23(3):315–21. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18562432

11. Zawilska JB, Skene DJ, Arendt J. Physiology and pharmacology of melatonin in relation to biological rhythms. Pharmacol Rep [Internet]. 2009 [cited 2018 Jun 26];61(3):383–410. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19605939

12. Simonneaux V, Ribelayga C. Generation of the melatonin endocrine message in mammals: a review of the complex regulation of melatonin synthesis by

norepinephrine, peptides, and other pineal transmitters. Pharmacol Rev [Internet]. 2003 Jun 1 [cited 2018 Jun 26];55(2):325–95. Available from: http://pharmrev.aspetjournals.org/cgi/doi/10.1124/pr.55.2.2

13. Claustrat B, Brun J, Chazot G. The basic physiology and pathophysiology of melatonin. Sleep Med Rev [Internet]. 2005 Feb [cited 2018 Jun 26];9(1):11–24. Available from: http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1087079204000735

14. Dawson D, Encel N. Melatonin and sleep in humans. J Pineal Res [Internet]. 1993 Aug [cited 2018 Jun 26];15(1):1–12. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8229640

15. Dawson D, Armstrong SM. Chronobiotics--drugs that shift rhythms. Pharmacol Ther [Internet]. 1996 [cited 2018 Jun 26];69(1):15–36. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8857301

16. Lack LC, Wright HR. Chronobiology of sleep in humans. Cell Mol Life Sci [Internet]. 2007 May 15 [cited 2018 Jun 26];64(10):1205–15. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17364140

17. Nave R, Herer P, Haimov I, Shlitner A, Lavie P. Hypnotic and hypothermic effects of melatonin on daytime sleep in humans: lack of antagonism by flumazenil. Neurosci Lett [Internet]. 1996 Aug 23 [cited 2018 Jun 26];214(2–3):123–6. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8878099

18. Hidalgo MPL, Caumo W, Dantas G, Franco DG, Silva Torres IL, Pezzi J, et al. 6-Sulfatoxymelatonin as a predictor of clinical outcome in depressive patients. Hum Psychopharmacol Clin Exp [Internet]. 2011 Jun [cited 2018 Jun 21];26(3):n/a-n/a. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21681816

19. Markus R, Franco D, Carvalho L, Gentil V, Gorenstein C. Acute increase in urinary 6-sulfatoximelatonin after clomipramine, as a predictive measure for emotional improvement. J Psychopharmacol [Internet]. 2010 Jun 5 [cited 2018 Jun 27];24(6):855–60. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19264813

20. Reierson GW, Wong M, Licinio J, Mastronardi M-L. Chronic fluoxetine treatment increases daytime melatonin synthesis in the rodent. Clin Pharmacol Adv Appl [Internet]. 2009 Sep [cited 2018 Jun 27];1:1. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22291481

21. Vijayalaxmi, Thomas CR, Reiter RJ, Herman TS. Melatonin: from basic research to cancer treatment clinics. J Clin Oncol [Internet]. 2002 May 15 [cited 2018 Jun 26];20(10):2575–601. Available from: http://ascopubs.org/doi/10.1200/JCO.2002.11.004

22. Masana MI, Soares JM, Dubocovich ML. 17Beta-estradiol modulates hMT1 melatonin receptor function. Neuroendocrinology [Internet]. 2005 [cited 2018 Jun 26];81(2):87–95. Available from: https://www.karger.com/Article/FullText/84897

23. Adriaens I, Jacquet P, Cortvrindt R, Janssen K, Smitz J. Melatonin has dose-dependent effects on folliculogenesis, oocyte maturation capacity and steroidogenesis. Toxicology [Internet]. 2006 Dec 7 [cited 2018 Jun 26];228(2–3):333–43. Available from:

http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0300483X06005907

24. Soares Júnior JM, Holanda FS de, Baracat EC. Melatonina e puberdade: quais as evidências? Rev Bras Ginecol e Obs [Internet]. Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia; 2008 Oct [cited 2018 Jun 27];30(10):483–5. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032008001000001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

25. Ozaki Y, Wurtman RJ, Alonso R, Lynch HJ. Melatonin secretion decreases during the proestrous stage of the rat estrous cycle. Proc Natl Acad Sci U S A [Internet]. 1978 Jan [cited 2018 Jun 27];75(1):531–4. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/272672

26. White RM, Kennaway DJ, Seamark RF. Estrogenic effects on urinary 6-sulphatoxymelatonin excretion in the female rat. J Pineal Res [Internet]. 1997 Apr [cited 2018 Jun 27];22(3):124–9. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9213265

27. Pilz LK, Trojan Y, Quiles CL, Benvenutti R, Melo G, Levandovski R, et al. Effects of N-acetylcysteine and imipramine in a model of acute rhythm disruption in BALB/c mice. Chronobiol Int [Internet]. 2015 Feb 7 [cited 2018 Jun 27];32(2):248–54. Available from: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25286136

3 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O estudo demonstrou que o desenho experimental utilizado não foi capaz de determinar se a aMT6s urinária pode ser utilizada como um indicador da ação farmacológica de tratamento com antidepressivos em ratos machos e fêmeas. Como perspectivas, pretendemos aumentar o tamanho amostral, principalmente do grupo tratado com imipramina, para verificar se o resultado negativo observado se mantém ou se é devido ao número de animais insuficiente para detectar o tamanho de efeito do tratamento. Também pretendemos comparar a quantidade de aMT6s corrigida pelo volume de urina com a quantidade corrigida pela excreção de creatinina, de modo a verificar a existência de inconsistência na mensuração do volume de urina. Por fim, pretendemos randomizar os animais a partir de uma dosagem prévia de aMT6s com o objetivo de manter os grupos mais homogêneos ao início do experimento e, potencialmente, aferir as fases do ciclo estral das fêmeas ao longo do experimento para controlar um possível efeito da flutuação dos hormônios sexuais.

Nossos resultados, por hora, não permitem aceitar ou rejeitar nossa hipótese. Experimentos futuros com metodologia aprimorada devem ser realizados de modo a corrigir as questões metodológicas que identificamos para determinar o efeito de fármacos antidepressivos sobre a excreção de aMT6s. Ainda assim, propomos a mensuração da produção noturna de aMT6s urinária como um método não-invasivo para estudos em modelos animais de depressão de modo a determinar similaridades e diferenças entre ratos Wistar machos e fêmeas, com ou sem tratamento com antidepressivos. Como potencial translacional deste estudo, a utilização da aMT6s como biomarcador pode representar uma forma simples de antecipar a constatação do efeito clínico de antidepressivos, possibilitando antecipar ajustes de dose ou troca de tratamentos.

REFERÊNCIAS

ABAS, Melanie; HOTOPF, Matthew; PRINCE, Martin. Depression and mortality in a high-risk population. 11-Year follow-up of the Medical Research Council Elderly Hypertension Trial. **The British journal of psychiatry : the journal of mental science**, [s. l.], v. 181, p. 123–8, 2002. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12151282>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ADRIAENS, I. et al. Melatonin has dose-dependent effects on folliculogenesis, oocyte maturation capacity and steroidogenesis. **Toxicology**, [s. l.], v. 228, n. 2–3, p. 333–43, 2006. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0300483X06005907>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ANDERSON, I. M.; NUTT, D. J.; DEAKIN, J. F. W. Evidence-based guidelines for treating depressive disorders with antidepressants: a revision of the 1993 British Association for Psychopharmacology guidelines. **Journal of Psychopharmacology**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 3–20, 2000. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10757248>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ARENDT, Josephine. Melatonin and Human Rhythms. **Chronobiology International**, [s. l.], v. 23, n. 1–2, p. 21–37, 2006. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16687277>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ARENDT, Josephine; SKENE, Debra Jean. Melatonin as a chronobiotic. **Sleep Medicine Reviews**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 25–39, 2005. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15649736>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BENCA, Ruth et al. Biological rhythms, higher brain function, and behavior: Gaps, opportunities, and challenges. **Brain Research Reviews**, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 57–70, 2009.

Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19766673>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BENTLEY, Susan M.; PAGALILAUAN, Genevieve L.; SIMPSON, Scott A. Major depression. **The Medical Clinics of North America**, [s. l.], v. 98, n. 5, p. 981–1005, 2014.

BEZCHLIBNYK-BUTLER, Kalyna Z.; JEFFRIES, J. Joel. **Clinical Handbook of Psychotropic Drugs.** 9. ed. Baltimore: Lippincott Williams & Wilkins, 1999. 236 p.

CAJOCHEN, C.; KRÄUCHI, K.; WIRZ-JUSTICE, A. Role of melatonin in the regulation of human circadian rhythms and sleep. **Journal of neuroendocrinology**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 432–7, 2003. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12622846>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CARVALHO, Livia; RYBKA, Joanna; CARVALHO, Livia A. Neuroimmune endocrine effects of antidepressants. **Neuropsychiatric Disease and Treatment**, [s. l.], v. 8, p. 65, 2012. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22347798>. Acesso em: 26 jun. 2018.

CLAUSTRAT, Bruno; BRUN, Jocelyne; CHAZOT, Guy. The basic physiology and pathophysiology of melatonin. **Sleep medicine reviews**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 11–24, 2005. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1087079204000735>. Acesso em: 26 jun. 2018.

DAWSON, D.; ARMSTRONG, S. M. Chronobiotics--drugs that shift rhythms. **Pharmacology & therapeutics**, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 15–36, 1996. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8857301>. Acesso em: 26 jun. 2018.

DAWSON, D.; ENCEL, N. Melatonin and sleep in humans. **Journal of pineal research**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 1–12, 1993. Disponível em:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8229640>. Acesso em: 26 jun. 2018.

DSM-5® Update October 2017. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://psychiatryonline.org/pb-assets/dsm/update/DSM5Update_October2017.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

DUBOCOVICH, Margarita L. et al. Molecular pharmacology, regulation and function of mammalian melatonin receptors. **Frontiers in bioscience : a journal and virtual library**, [s. l.], v. 8, p. d1093-108, 2003. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12957828>. Acesso em: 26 jun. 2018.

EDGAR, D. M. et al. Serotonin and the mammalian circadian system: II. Phase-shifting rat behavioral rhythms with serotonergic agonists. **Journal of biological rhythms**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 17–31, 1993. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/074873049300800102>. Acesso em: 26 jun. 2018.

EDGAR, D. M.; MARTIN, C. E.; DEMENT, W. C. Activity feedback to the mammalian circadian pacemaker: influence on observed measures of rhythm period length. **Journal of biological rhythms**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 185–99, 1991. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/074873049100600301>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FEIGHNER, J. P. Cardiovascular safety in depressed patients: focus on venlafaxine. **The Journal of clinical psychiatry**, [s. l.], v. 56, n. 12, p. 574–9, 1995. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8530334>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FINBERG, John P. M. Update on the pharmacology of selective inhibitors of MAO-A and MAO-B: focus on modulation of CNS monoamine neurotransmitter release. **Pharmacology & therapeutics**, [s. l.], v. 143, n. 2, p. 133–52, 2014. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0163725814000497>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FOURTILLAN, J. B. et al. Melatonin secretion occurs at a constant rate in both young and older men and women. **American Journal of Physiology-Endocrinology and Metabolism**, [s. l.], v. 280, n. 1, p. E11–E22, 2001. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11120654>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GEOFFRIAU, M.; CLAUSTRAT, B.; VELDHUIS, J. Estimation of frequently sampled nocturnal melatonin production in humans by deconvolution analysis: evidence for episodic or ultradian secretion. **Journal of pineal research**, [s. l.], v. 27, n. 3, p. 139–44, 1999. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10535762>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GERMAIN, Anne; KUPFER, David J. Circadian rhythm disturbances in depression. **Human Psychopharmacology: Clinical and Experimental**, [s. l.], v. 23, n. 7, p. 571–585, 2008. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18680211>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GILLMAN, P. K. Tricyclic antidepressant pharmacology and therapeutic drug interactions updated. **British Journal of Pharmacology**, [s. l.], v. 151, n. 6, p. 737–748, 2007. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17471183>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GLASS, J. David et al. Midbrain raphe modulation of nonphotic circadian clock resetting and 5-HT release in the mammalian suprachiasmatic nucleus. **The Journal of neuroscience : the official journal of the Society for Neuroscience**, [s. l.], v. 23, n. 20, p. 7451–60, 2003. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12930783>. Acesso em: 26 jun. 2018.

GOODNICK, P. J.; GOLDSTEIN, B. J. Selective serotonin reuptake inhibitors in affective disorders--I. Basic pharmacology. **Journal of psychopharmacology (Oxford, England)**, [s. l.], v. 12, n. 3 Suppl B, p. S5-20, 1998. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9808077>. Acesso em: 26 jun. 2018.

HAWTHORNE, Graeme; GOLDNEY, Robert; TAYLOR, Anne W. Depression prevalence:

is it really increasing? **The Australian and New Zealand Journal of Psychiatry**, [s. l.], v. 42, n. 7, p. 606–616, 2008.

HAZELL, Philip; MIRZAIE, Mohsen. Tricyclic drugs for depression in children and adolescents. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, [s. l.], n. 6, p. CD002317, 2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23780719>. Acesso em: 26 jun. 2018.

HIDALGO, Maria Paz Loayza et al. 6-Sulfatoxymelatonin as a predictor of clinical outcome in depressive patients. **Human Psychopharmacology: Clinical and Experimental**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. n/a-n/a, 2011. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21681816>. Acesso em: 21 jun. 2018.

JAGANNATH, Aarti; PEIRSON, Stuart N.; FOSTER, Russell G. Sleep and circadian rhythm disruption in neuropsychiatric illness. **Current Opinion in Neurobiology**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 888–894, 2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23618559>. Acesso em: 26 jun. 2018.

JM., Himmelhoch. Monoamine oxidase inhibitors. In: HI, Kaplan; BJ, Sadock. Comprehensive textbook of psychiatry. 6. ed. Baltimore: Baltimore: Williams & Wilkins, 1995. p. 2038-2056.

KIM, Tae Won; JEONG, Jong-Hyun; HONG, Seung-Chul. The Impact of Sleep and Circadian Disturbance on Hormones and Metabolism. **International Journal of Endocrinology**, [s. l.], v. 2015, p. 1–9, 2015. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25861266>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LACK, L. C.; WRIGHT, H. R. Chronobiology of sleep in humans. **Cellular and Molecular Life Sciences**, [s. l.], v. 64, n. 10, p. 1205–1215, 2007. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17364140>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LOPES, C. et al. Circadian rhythm in experimental granulomatous inflammation is modulated by melatonin. **Journal of pineal research**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 72–8, 1997. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9392445>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LOPES, C.; MARIANO, M.; MARKUS, R. P. Interaction between the adrenal and the pineal gland in chronic experimental inflammation induced by BCG in mice. **Inflammation research : official journal of the European Histamine Research Society ... [et al.]**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 6–11, 2001. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s000110050717>. Acesso em: 26 jun. 2018.

LUBOSHITZKY, Rafael et al. Evaluation of the pituitary-adrenal axis in hyperandrogenic women with polycystic ovary syndrome. **Neuro endocrinology letters**, [s. l.], v. 24, n. 3–4, p. 249–54, 2003. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14523365>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MACCHI, M. Mila; BRUCE, Jeffrey N. Human pineal physiology and functional significance of melatonin. **Frontiers in neuroendocrinology**, [s. l.], v. 25, n. 3–4, p. 177–95, 2004. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0091302204000196>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MAESTRONI, G. J. T-helper-2 lymphocytes as a peripheral target of melatonin. **Journal of pineal research**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 84–9, 1995. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7629695>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MAESTRONI, G. J. The photoperiod transducer melatonin and the immune-hematopoietic system. **Journal of photochemistry and photobiology. B, Biology**, [s. l.], v. 43, n. 3, p. 186–92, 1998. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9718719>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MARTINS, E. et al. Melatonin modulates allergic lung inflammation. **Journal of pineal research**, [s. l.], v. 31, n. 4, p. 363–9, 2001. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11703567>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MASANA, Monica I.; SOARES, Jose M.; DUBOCOVICH, Margarita L. 17Beta-estradiol modulates hMT1 melatonin receptor function. **Neuroendocrinology**, [s. l.], v. 81, n. 2, p. 87–95, 2005. Disponível em: <https://www.karger.com/Article/FullText/84897>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MELTZER, M.D., H. et al. Fluoxetine, but not Tricyclic Antidepressants, Potentiates the 5-Hydroxytryptophan-Mediated Increase in Plasma Cortisol and Prolactin Secretion in Subjects with Major Depression or with Obsessive Compulsive Disorder. **Neuropsychopharmacology**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1–11, 1997. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9194044>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MISTLBERGER, R. E. et al. Serotonin and feedback effects of behavioral activity on circadian rhythms in mice. **Behavioural brain research**, [s. l.], v. 96, n. 1–2, p. 93–9, 1998. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9821546>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MONTELEONE, Palmiero; MAJ, Mario. The circadian basis of mood disorders: Recent developments and treatment implications. **European Neuropsychopharmacology**, [s. l.], v. 18, n. 10, p. 701–711, 2008. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18662865>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MORENO, Ricardo Alberto; MORENO, Doris Hupfeld; SOARES, Márcia Britto de Macedo. Psicofarmacologia de antidepressivos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s. l.], v. 21, n. suppl 1, p. 24–40, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-

44461999000500006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MORIN, D. et al. Melatonin high-affinity binding to alpha-1-acid glycoprotein in human serum. **Pharmacology**, [s. l.], v. 54, n. 5, p. 271–5, 1997. Disponível em: <https://www.karger.com/Article/FullText/139495>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MURRAY, Christopher JL; LOPEZ, Alan D. Global mortality, disability, and the contribution of risk factors: Global Burden of Disease Study. **The Lancet**, [s. l.], v. 349, n. 9063, p. 1436–1442, 1997. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9164317>. Acesso em: 25 jun. 2018.

NADAL-VICENS, Mireya et al. Farmacologia da Neurotransmissão Serotoninérgica e Adrenérgica Central. In: GOLAN, David E.; ARMSTRONG, April W.; TASHJIAN, Armen H.. **Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. p. 186-202.

NAVE, R. et al. Hypnotic and hypothermic effects of melatonin on daytime sleep in humans: lack of antagonism by flumazenil. **Neuroscience letters**, [s. l.], v. 214, n. 2–3, p. 123–6, 1996. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8878099>. Acesso em: 26 jun. 2018.

NIE, Zhi et al. Predictive modeling of treatment resistant depression using data from STAR*D and an independent clinical study. **PLOS ONE**, [s. l.], v. 13, n. 6, p. e0197268, 2018. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29879133>. Acesso em: 26 jun. 2018.

NOSJEAN, O. et al. Comparative pharmacological studies of melatonin receptors: MT1, MT2 and MT3/QR2. Tissue distribution of MT3/QR2 . **Biochemical pharmacology**, [s. l.], v. 61, n. 11, p. 1369–79, 2001. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11331072>.

Acesso em: 26 jun. 2018.

PAMPALLONA, Sandro et al. Combined Pharmacotherapy and Psychological Treatment for Depression. **Archives of General Psychiatry**, [s. l.], v. 61, n. 7, p. 714, 2004. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15237083>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PARDRIDGE, W. M.; MIETUS, L. J. Transport of albumin-bound melatonin through the blood-brain barrier. **Journal of neurochemistry**, [s. l.], v. 34, n. 6, p. 1761–3, 1980. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7381501>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PICKARD, G. E. et al. 5HT1B receptor agonists inhibit light-induced phase shifts of behavioral circadian rhythms and expression of the immediate-early gene c-fos in the suprachiasmatic nucleus. **The Journal of neuroscience : the official journal of the Society for Neuroscience**, [s. l.], v. 16, n. 24, p. 8208–20, 1996. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8987845>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PICKARD, G. E. et al. 5-HT1B receptor-mediated presynaptic inhibition of retinal input to the suprachiasmatic nucleus. **The Journal of neuroscience : the official journal of the Society for Neuroscience**, [s. l.], v. 19, n. 10, p. 4034–45, 1999. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10234032>. Acesso em: 26 jun. 2018.

POON, A. M. et al. Evidence for a direct action of melatonin on the immune system. **Biological signals**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 107–17, 1994. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7951648>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PROSSER, Rebecca A. et al. Serotonin and the Mammalian Circadian System: I. In Vitro Phase Shifts by Serotonergic Agonists and Antagonists. **Journal of Biological Rhythms**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 1–16, 1993. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8490207>. Acesso em: 26 jun. 2018.

QUINTERO, J. E.; MCMAHON, D. G. Serotonin modulates glutamate responses in isolated suprachiasmatic nucleus neurons. **Journal of neurophysiology**, [s. l.], v. 82, n. 2, p. 533–9, 1999. Disponível em: <http://www.physiology.org/doi/10.1152/jn.1999.82.2.533>. Acesso em: 26 jun. 2018.

QUINTERO, Jorge E.; KUHLMAN, Sandra J.; MCMAHON, Douglas G. The biological clock nucleus: a multiphasic oscillator network regulated by light. **The Journal of neuroscience : the official journal of the Society for Neuroscience**, [s. l.], v. 23, n. 22, p. 8070–6, 2003. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12954869>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RAMASUBBU, Rajamannar et al. The CANMAT task force recommendations for the management of patients with mood disorders and comorbid medical conditions: diagnostic, assessment, and treatment principles. **Annals of clinical psychiatry : official journal of the American Academy of Clinical Psychiatrists**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 82–90, 2012. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22303524>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RAMSAY, Rona R. Inhibitor design for monoamine oxidases. **Current pharmaceutical design**, [s. l.], v. 19, n. 14, p. 2529–39, 2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23116392>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RANG; H. P. Dale. **Farmacologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

REA, M. A.; PICKARD, G. E. A 5-HT(1B) receptor agonist inhibits light-induced suppression of pineal melatonin production. **Brain research**, [s. l.], v. 858, n. 2, p. 424–8, 2000. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10708696>. Acesso em: 26 jun. 2018.

REITER, R. J. Pineal gland interface between the photoperiodic environment and the

endocrine system. **Trends in endocrinology and metabolism: TEM**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 13–9, 1991. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18411159>. Acesso em: 26 jun. 2018.

REPPERT, Steven M.; WEAVER, David R. Coordination of circadian timing in mammals. **Nature**, [s. l.], v. 418, n. 6901, p. 935–941, 2002. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12198538>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RICHELSON, E. The pharmacology of antidepressants at the synapse: focus on newer compounds. **The Journal of clinical psychiatry**, [s. l.], v. 55 Suppl A, p. 34- 9; discussion 40–1, 98–100, 1994. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/7961541>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RÖNNBERG, L. et al. Circadian and seasonal variation in human preovulatory follicular fluid melatonin concentration. **The Journal of clinical endocrinology and metabolism**, [s. l.], v. 71, n. 2, p. 492–6, 1990. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2380343>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SIMONNEAUX, Valerie; RIBELAYGA, Christophe. Generation of the melatonin endocrine message in mammals: a review of the complex regulation of melatonin synthesis by norepinephrine, peptides, and other pineal transmitters. **Pharmacological reviews**, [s. l.], v. 55, n. 2, p. 325–95, 2003. Disponível em: <http://pharmrev.aspetjournals.org/cgi/doi/10.1124/pr.55.2.2>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SIROTKIN, A. V; SCHAEFFER, H. J. Direct regulation of mammalian reproductive organs by serotonin and melatonin. **The Journal of endocrinology**, [s. l.], v. 154, n. 1, p. 1–5, 1997. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9246932>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SMITH, B. N. et al. Serotonergic modulation of retinal input to the mouse suprachiasmatic

nucleus mediated by 5-HT1B and 5-HT7 receptors. **Journal of biological rhythms**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 25–38, 2001. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/074873040101600104>. Acesso em: 26 jun. 2018.

STAHL, S. M. Basic psychopharmacology of antidepressants, part 1: Antidepressants have seven distinct mechanisms of action. **The Journal of clinical psychiatry**, [s. l.], v. 59 Suppl 4, p. 5–14, 1998. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9554316>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SZABO, S. T.; DE MONTIGNY, C.; BLIER, P. Modulation of noradrenergic neuronal firing by selective serotonin reuptake blockers. **British journal of pharmacology**, [s. l.], v. 126, n. 3, p. 568–71, 1999. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1038/sj.bjp.0702343>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SZABO, Steven T.; DE MONTIGNY, Claude; BLIER, Pierre. Progressive attenuation of the firing activity of locus coeruleus noradrenergic neurons by sustained administration of selective serotonin reuptake inhibitors. **The international journal of neuropsychopharmacology**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 1–11, 2000. Disponível em: <https://academic.oup.com/ijnp/article-lookup/doi/10.1017/S1461145700001772>. Acesso em: 26 jun. 2018.

TENG, Chei Tung et al. Depressão e comorbidades clínicas Depression and medical comorbidity. **N. Rev. Psiq. Clín**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 149–159, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v32n3/a07v32n3>. Acesso em: 26 jun. 2018.

USALA, Tatiana et al. Randomised controlled trials of selective serotonin reuptake inhibitors in treating depression in children and adolescents: A systematic review and meta-analysis. **European Neuropsychopharmacology**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 62–73, 2008. Disponível em:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17662579>. Acesso em: 26 jun. 2018.

V. SORIA; M. URRETAVIZCAYA. Circadian rhythms and depression. **Actas Esp Psiquiatr** , [s. l.], 2009. Disponível em: <http://www.actaspsiquiatria.es/repositorio//10/58/ENG/14143+7.+1341+ing.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

VEENSTRA-VANDERWEELE, J.; ANDERSON, G. M.; COOK, E. H. Pharmacogenetics and the serotonin system: initial studies and future directions. **European journal of pharmacology**, [s. l.], v. 410, n. 2–3, p. 165–181, 2000. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11134668>. Acesso em: 26 jun. 2018.

VIJAYALAXMI et al. Melatonin: from basic research to cancer treatment clinics. **Journal of clinical oncology : official journal of the American Society of Clinical Oncology**, [s. l.], v. 20, n. 10, p. 2575–601, 2002. Disponível em: <http://ascopubs.org/doi/10.1200/JCO.2002.11.004>. Acesso em: 26 jun. 2018.

WIMBISCUS, M.; KOSTENKO, O.; MALONE, D. MAO inhibitors: Risks, benefits, and lore. **Cleveland Clinic Journal of Medicine**, [s. l.], v. 77, n. 12, p. 859–882, 2010. Disponível em: <https://www.mdedge.com/ccjm/article/95252/drug-therapy/mao-inhibitors-risks-benefits-and-lore>. Acesso em: 26 jun. 2018.

WIRZ-JUSTICE, A.; ARENDT, J.; MARSTON, A. Antidepressant drugs elevate rat pineal and plasma melatonin. **Experientia**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 442–4, 1980. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/6966583>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ZAWILSKA, Jolanta B.; SKENE, Debra J.; ARENDT, Josephine. Physiology and pharmacology of melatonin in relation to biological rhythms. **Pharmacological reports : PR**, [s. l.], v. 61, n. 3, p. 383–410, 2009. Disponível em:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19605939>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ANEXO A – NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA JOURNAL OF PSYCHOPHARMACOLOGY

SAGE Publishing

DISCIPLINES PRODUCTS RESOURCES ABOUT

This Journal is a member of the Committee on Publication Ethics
This Journal recommends that authors follow the Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals formulated by the International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)

Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals

Updated December 2017

I. About the Recommendations

A. Purpose of the Recommendations

ICMJE developed these recommendations to review best practice and ethical standards in the conduct and reporting of research and other material published in medical journals, and to help authors, editors, and others involved in peer review and biomedical publishing create and distribute accurate, clear, reproducible, unbiased medical journal articles. The recommendations may also provide useful insights into the medical editing and publishing process for the media, patients and their families, and general readers.

B. Who Should Use the Recommendations?

These recommendations are intended primarily for use by authors who might submit their work for publication to ICMJE member journals. Many non-ICMJE journals voluntarily use these recommendations (see www.icmje.org /journals.html). The ICMJE encourages that use but has no authority to monitor or enforce it. In all cases, authors should use these recommendations along with individual journals' instructions to authors. Authors should also consult guidelines for the reporting of specific study types (e.g., the CONSORT guidelines for the reporting of randomized trials); see http://equator-network.org.

Journals that follow these recommendations are encouraged to incorporate them into their instructions to authors and to make explicit in those instructions that they follow ICMJE recommendations. Journals that wish to be identified on the ICMJE website as following these recommendations should notify the ICMJE secretariat via e-mail at icmje@acponline.org. Journals that in the past have requested such identification but who no longer follow ICMJE recommendations should use the same means to request removal from this list.

The ICMJE encourages wide dissemination of these recommendations and reproduction of this document in its entirety for educational, not-for-profit purposes without regard for copyright, but all uses of the recommendations and document should direct readers to www.icmje.org for the official, most recent version, as the ICMJE updates the recommendations periodically when new issues arise.

C. History of the Recommendations

The ICMJE has produced multiple editions of this document, previously known as the Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals (URMs). The URM was first published in 1978 as a way of standardizing manuscript format and preparation across journals. Over the years, issues in publishing that went well beyond manuscript preparation arose, resulting in the development of separate statements, up-dates to the document, and its renaming as "Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals" to reflect its broader scope. Previous versions of the document may be found in the "Archives" section of www.icmje.org.

II. Roles and Responsibilities of Authors, Contributors, Reviewers, Editors, Publishers, and Owners

A. Defining the Role of Authors and Contributors

1. Why Authorship Matters

Authorship confers credit and has important aca- demic, social, and financial implications. Authorship also implies responsibility and accountability for published work. The following recommendations are intended to ensure that contributors who have made substantive intel- lectual contributions to a paper are given credit as authors, but also that contributors credited as authors understand their role in taking responsibility and being accountable for what is published.

Because authorship does not communicate what contributions qualified an individual to be an author, some journals now request and publish information about the contributions of each person named as having participated in a submitted study, at least for original research. Editors are strongly encouraged to develop and implement a contributorship policy. Such policies remove much of the ambiguity surrounding contributions, but leave unresolved the question of the quantity and quality of contribution that qualify an individual for authorship. The ICMJE has thus developed criteria for authorship that can be used by all journals, including those that distinguish authors from other contributors.

2. Who Is an Author?

The ICMJE recommends that authorship be based on the following 4 criteria:

1. Substantial contributions to the conception or design of the work; or the acquisition, analysis, or interpretation of data for the work; AND
2. Drafting the work or revising it critically for important intellectual content; AND
3. Final approval of the version to be published; AND
4. Agreement to be accountable for all aspects of the work in ensuring that questions related to the accuracy or integrity of any part of the work are appropriately investigated and resolved.

In addition to being accountable for the parts of the work he or she has done, an author should be able to identify which co-authors are responsible for specific other parts of the work. In addition, authors should have confidence in the integrity of the contributions of their co-authors.

All those designated as authors should meet all four criteria for authorship, and all who meet the four criteria should be identified as authors. Those who do not meet all four criteria should be acknowledged—see Section II.A.3 below. These authorship criteria are intended to reserve the status of authorship for those who deserve credit and can take responsibility for the work. The criteria are not intended for use as a means to disqualify colleagues from authorship who otherwise meet authorship criteria by denying them the opportunity to meet criterion #s 2 or 3. Therefore, all individuals who meet the first criterion should have the opportunity to participate in the review, drafting, and final approval of the manuscript.

The individuals who conduct the work are responsible for identifying who meets these criteria and ideally should do so when planning the work, making modifications as appropriate as the work progresses. It is the collective responsibility of the authors, not the journal to which the work is submitted, to determine that all people named as authors meet all four criteria; it is not the role of journal editors to determine who qualifies or does not qualify for authorship or to arbitrate authorship conflicts. If agreement cannot be reached about who qualifies for authorship, the institution(s) where the work was performed, not the journal editor, should be asked to investigate. If authors request removal or addition of an author after manuscript submission or publication, journal editors should seek an explanation and signed statement of agreement for the requested change from all listed authors and from the author to be removed or added.

The corresponding author is the one individual who takes primary responsibility for communication with the journal during the manuscript submission, peer review,

and publication process, and typically ensures that all the journal's administrative requirements, such as providing details of authorship, ethics committee approval, clinical trial registration documentation, and gathering conflict of interest forms and statements, are properly completed, although these duties may be delegated to one or more coauthors. The corresponding author should be available throughout the submission and peer-review process to respond to editorial queries in a timely way, and should be available after publication to respond to critiques of the work and cooperate with any requests from the journal for data or additional information should questions about the paper arise after publication. Although the corresponding author has primary responsibility for correspondence with the journal, the ICMJE recommends that editors send copies of all correspondence to all listed authors.

When a large multi-author group has conducted the work, the group ideally should decide who will be an author before the work is started and confirm who is an author before submitting the manuscript for publication. All members of the group named as authors should meet all four criteria for authorship, including approval of the final manuscript, and they should be able to take public responsibility for the work and should have full confidence in the accuracy and integrity of the work of other group authors. They will also be expected as individuals to complete conflict-of-interest disclosure forms.

Some large multi-author groups designate authorship by a group name, with or without the names of individu- als. When submitting a manuscript authored by a group, the corresponding author should specify the group name if one exists, and clearly identify the group members who can take credit and responsibility for the work as authors. The byline of the article identifies who is directly responsible for the manuscript, and MEDLINE lists as authors whichever names appear on the byline. If the byline includes a group name, MEDLINE will list the names of individual group members who are authors or who are collaborators, sometimes called non-author contributors, if there is a note associated with the byline clearly stating that the individual names are elsewhere in the paper and whether those names are authors or collaborators.

3. Non-Author Contributors

Contributors who meet fewer than all 4 of the above criteria for authorship should not be listed as authors, but they should be acknowledged. Examples of activities that alone (without other contributions) do not qualify a contributor for authorship are acquisition of funding; general supervision of a research group or general administrative support; and writing assistance, technical editing, language editing, and proofreading. Those whose contributions do not justify authorship may be acknowledged individually or together as a group under a single heading (e.g., "Clinical Investigators" or "Participating Investigators"), and their contributions should be specified (e.g., "served as scientific advisors," "critically reviewed the study proposal," "collected data," "provided and cared for study patients", "participated in writing or technical editing of the manuscript").

Because acknowledgment may imply endorsement by acknowledged individuals of a study's data and conclusions, editors are advised to require that the corresponding author obtain written permission to be acknowledged from all acknowledged individuals.

B. Author Responsibilities—Conflicts of Interest

Public trust in the scientific process and the credibility of published articles depend in part on how transparently conflicts of interest are handled during the planning, implementation, writing, peer review, editing, and publication of scientific work.

A conflict of interest exists when professional judg- ment concerning a primary interest (such as patients' wel- fare or the validity of research) may be influenced by a secondary interest (such as financial gain). Perceptions of conflict of interest are as important as actual conflicts of interest.

Financial relationships (such as employment, consultancies, stock ownership or options, honoraria, patents, and paid expert testimony) are the most easily identifiable conflicts of interest and the most likely to undermine the credibility of the journal, the authors, and science itself. However, conflicts can occur for other reasons, such as personal relationships or rivalries, academic competition, and intellectual beliefs. Authors should avoid entering in to agreements with study sponsors, both for-profit and nonprofit, that interfere with authors' access to all of the study's data or that interfere with their ability to analyze and interpret the data and to prepare and publish manuscripts independently when and where they choose.

1. Participants

All participants in the peer-review and publication process—not only authors but also peer reviewers, editors, and editorial board members of journals—must consider their conflicts of interest when fulfilling their roles in the process of article review and publication and must disclose all relationships that could be viewed as potential conflicts of interest.

a. Authors

When authors submit a manuscript of any type or format they are responsible for disclosing all financial and personal relationships that might bias or be seen to bias their work. The ICMJE has developed a Form for Disclosure of Conflicts of Interest to facilitate and standardize authors' disclosures. ICMJE member journals require that authors use this form, and ICMJE encourages other journals to adopt it.

b. Peer Reviewers

Reviewers should be asked at the time they are asked to critique a manuscript if they have conflicts of interest that could complicate their review. Reviewers must disclose to editors any conflicts of interest that could bias their opinions of the manuscript, and should recuse themselves from reviewing specific manuscripts if the potential for bias exists. Reviewers must not use knowledge of the work they're reviewing before its publication to further their own interests.

c. Editors and Journal Staff

Editors who make final decisions about manuscripts should recuse themselves from editorial decisions if they have conflicts of interest or relationships that pose potential conflicts related to articles under consideration. Other editorial staff members who participate in editorial decisions must provide editors with a current description of their financial interests or other conflicts (as they might relate to editorial judgments) and recuse themselves from any decisions in which a conflict of interest exists. Editorial staff must not use information gained through working with manuscripts for private gain. Editors should publish regular disclosure statements about potential conflicts of interests related to their own commitments and those of their journal staff. Guest editors should follow these same procedures.

2. Reporting Conflicts of Interest

Articles should be published with statements or supporting documents, such as the ICMJE conflict of interest form, declaring:

– Authors' conflicts of interest; and

– Sources of support for the work, including sponsor names along with explanations of the role of those sources if any in study design; collection, analysis, and interpretation of data; writing of the report; the decision to submit the report for publication; or a statement declaring that the supporting source had no such involvement; and

– Whether the authors had access to the study data, with an explanation of the nature and extent of access, including whether access is ongoing.

To support the above statements, editors may request that authors of a study sponsored by a funder with a proprietary or financial interest in the outcome sign a statement, such as "I had full access to all of the data in this study and I take complete responsibility for the integrity of the data and the accuracy of the data analysis."

C. Responsibilities in the Submission and Peer-Review Process

1. Authors

Authors should abide by all principles of authorship and declaration of conflicts of interest detailed in section IIA and B of this document.

a. Predatory or Pseudo-Journals

A growing number of entities are advertising them- selves as "scholarly medical journals" yet do not function as such. These journals ("predatory"or "pseudo-journals") ac- cept and publish almost all submissions and charge article processing (or publication) fees, often informing authors about this after a paper's acceptance for publication. They often claim to perform peer review but do not and may purposefully use names similar to well established journals. They may state that they are members of ICMJE but are not (see www.icmje.org for current members of the ICMJE) and that they follow the recommendations of organizations such as the ICMJE, COPE and WAME. Researchers must be aware of the existence of such entities and avoid submitting research to them for publication. Authors have a responsibility to evaluate the integrity, history, practices and reputation of the journals to which they submit manuscripts. Guidance from various organizations is available to help identify the characteristics of reputable peer-reviewed journals (http://www.wame.org/identifying-predatory-or-pseudo-journals and http://www.wame.org/about/principlesof-transparency-and-best-practice). Seek- ing the assistance of scientific mentors, senior colleagues and others with many years of scholarly publishing experi- ence may also be helpful.

2. Journals

a. Confidentiality

Manuscripts submitted to journals are privileged communications that are authors' private, confidential property, and authors may be harmed by premature disclosure of any or all of a manuscript's details.

Editors therefore must not share information about manuscripts, including whether they have been received and are under review, their content and status in the review process, criticism by reviewers, and their ultimate fate, to anyone other than the authors and reviewers. Requests from third parties to use manuscripts and reviews for legal proceedings should be politely refused, and editors should do their best not to provide such confidential material should it be subpoenaed.

Editors must also make clear that reviewers should keep manuscripts, associated material, and the information they contain strictly confidential. Reviewers and editorial staff members must not publicly discuss the authors' work, and reviewers must not appropriate authors' ideas before the manuscript is published. Reviewers must not retain the manuscript for their personal use and should destroy paper copies of manuscripts and delete electronic copies after submitting their reviews.

When a manuscript is rejected, it is best practice for journals to delete copies of it from their editorial systems unless retention is required by local regulations. Journals that retain copies of rejected manuscripts should disclose this practice in their Information for Authors.

When a manuscript is published, journals should keep copies of the original submission, reviews, revisions, and correspondence for at least three years and possibly in perpetuity, depending on local regulations, to help answer future questions about the work should they arise.

Editors should not publish or publicize peer reviewers' comments without permission of the reviewer and author. If journal policy is to blind authors to reviewer identity and comments are not signed, that identity must not be revealed to the author or anyone else without the reviewers' expressed written permission.

Confidentiality may have to be breached if dishonesty or fraud is alleged, but editors should notify authors or reviewers if they intend to do so and confidentiality must otherwise be honored.

b. Timeliness

Editors should do all they can to ensure timely processing of manuscripts with the resources available to them. If editors intend to publish a manuscript, they should attempt to do so in a timely manner and any planned delays should be negotiated with the authors. If a journal has no intention of proceeding with a manuscript, editors should endeavor to reject the manuscript as soon as possible to allow authors to submit to a different journal.

c. Peer Review

Peer review is the critical assessment of manuscripts submitted to journals by experts who are usually not part of the editorial staff. Because unbiased, independent, critical assessment is an intrinsic part of all scholarly work, including scientific research, peer review is an important extension of the scientific process.

The actual value of peer review is widely debated, but the process facilitates a fair hearing for a manuscript among members of the scientific community. More practically, it helps editors decide which manuscripts are suitable for their journals. Peer review often helps authors and editors improve the quality of reporting.

It is the responsibility of the journal to ensure that systems are in place for selection of appropriate reviewers. It is the responsibility of the editor to ensure that reviewers have access to all materials that may be relevant to the evaluation of the manuscript, including supplementary material for e-only publication, and to ensure that reviewer comments are properly assessed and interpreted in the context of their declared conflicts of interest.

A peer-reviewed journal is under no obligation to send submitted manuscripts for review, and under no obligation to follow reviewer recommendations, favorable or negative. The editor of a journal is ultimately responsible for the selection of all its content, and editorial decisions may be informed by issues unrelated to the quality of a manuscript, such as suitability for the journal. An editor can reject any article at any time before publication, including after acceptance if concerns arise about the integrity of the work.

Journals may differ in the number and kinds of manuscripts they send for review, the number and types of reviewers they seek for each manuscript, whether the review process is open or blinded, and other aspects of the review process. For this reason and as a service to authors, journals should publish a description of their peer-review process.

Journals should notify reviewers of the ultimate deci- sion to accept or reject a paper, and should acknowledge the contribution of peer reviewers to their journal. Editors are encouraged to share reviewers' comments with co-reviewers of the same paper, so reviewers can learn from each other in the review process.

As part of peer review, editors are encouraged to re- view research protocols, plans for statistical analysis if sep- arate from the protocol, and/or contracts associated with project-specific studies. Editors should encourage authors to make such documents publicly available at the time of or after publication, before accepting such studies for publication. Some journals may require public posting of these documents as a condition of acceptance for publication.

Journal requirements for independent data analysis and for public data availability are in flux at the time of this revision, reflecting evolving views of the importance of data availability for pre- and post-publication peer review. Some journal editors currently request a statistical analysis of trial data by an independent biostatistician before accepting studies for publication. Others ask authors to say whether the study data are available to third parties to view and/or use/reanalyze, while still others encourage or require authors to share their data with others for review or reanalysis. Each journal should establish and publish their specific requirements for data analysis and post in a place that potential authors can easily access.

Some people believe that true scientific peer review begins only on the date a paper is published. In that spirit, medical journals should have a mechanism for readers to submit comments, questions, or criticisms about published articles, and authors have a responsibility to respond appropriately and cooperate with any requests from the journal for data or additional information should questions about the paper arise after publication (see Section III).

ICMJE believes investigators have a duty to maintain the primary data and analytic procedures underpinning the published results for at least 10 years. The ICMJE encourages the preservation of these data in a data repository to ensure their longer-term availability.

d. Integrity

Editorial decisions should be based on the relevance of a manuscript to the journal and on the manuscript's originality, quality, and contribution to evidence about important questions. Those decisions should not be influenced

by commercial interests, personal relationships or agendas, or findings that are negative or that credibly challenge accepted wisdom. In addition, authors should submit for publication or otherwise make publicly available, and editors should not exclude from consideration for publication, studies with findings that are not statistically significant or that have inconclusive findings. Such studies may provide evidence that, combined with that from other studies through meta-analysis, might still help answer important questions, and a public record of such negative or inconclusive findings may prevent unwarranted replication of effort or otherwise be valuable for other researchers considering similar work.

Journals should clearly state their appeals process and should have a system for responding to appeals and complaints.

3. Peer Reviewers

Manuscripts submitted to journals are privileged communications that are authors' private, confidential property, and authors may be harmed by premature disclosure of any or all of a manuscript's details.

Reviewers therefore should keep manuscripts and the information they contain strictly confidential. Reviewers must not publicly discuss authors' work and must not appropriate authors' ideas before the manuscript is published. Reviewers must not retain the manuscript for their personal use and should destroy copies of manuscripts after submitting their reviews.

Reviewers are expected to respond promptly to re- quests to review and to submit reviews within the time agreed. Reviewers' comments should be constructive, hon- est, and polite.

Reviewers should declare their conflicts of interest and recuse themselves from the peer-review process if a conflict exists.

D. Journal Owners and Editorial Freedom

1. Journal Owners

Owners and editors of medical journals share a com- mon purpose, but they have different responsibilities, and sometimes those differences lead to conflicts.

It is the responsibility of medical journal owners to appoint and dismiss editors. Owners should provide editors at the time of their appointment with a contract that clearly states their rights and duties, authority, the general terms of their appointment, and mechanisms for resolving conflict. The editor's performance may be assessed using mutually agreed-upon measures, including but not necessarily limited to readership, manuscript submissions and handling times, and various journal metrics.

Owners should only dismiss editors for substantial reasons, such as scientific misconduct, disagreement with the long-term editorial direction of the journal, inadequate performance by agreed-upon performance metrics, or inappropriate behavior that is incompatible with a position of trust.

Appointments and dismissals should be based on evaluations by a panel of independent experts, rather than by a small number of executives of the owning organization. This is especially necessary in the case of dismissals because of the high value society places on freedom of speech within science and because it is often the responsibility of editors to challenge the status quo in ways that may conflict with the interests of the journal's owners.

A medical journal should explicitly state its governance and relationship to a journal owner (e.g., a sponsoring society).

2. Editorial Freedom

The ICMJE adopts the World Association of Medical Editors' definition of editorial freedom, which holds that editors-in-chief have full authority over the entire editorial content of their journal and the timing of publication of that content. Journal owners should not interfere in the evaluation, selection, scheduling, or editing of individual articles either directly or by creating an environment that strongly influences decisions. Editors should base editorial decisions on the validity of the work and its importance to the journal's readers, not on the commercial implications for the journal, and editors should be free to express critical but responsible views about all aspects of medicine without fear of retribution, even if these views conflict with the commercial goals of the publisher.

Editors-in-chief should also have the final say in decisions about which advertisements or sponsored content, including supplements, the journal will and will not carry, and they should have final say in use of the journal brand and in overall policy regarding commercial use of journal content.

Journals are encouraged to establish an independent editorial advisory board to help the editor establish and maintain editorial policy. Editors should seek input as needed from a broad array of advisers, such as reviewers, editorial staff, an editorial board, and readers, to support editorial decisions and potentially controversial expressions of opinion, and owners should ensure that appropriate insurance is obtained in the event of legal action against the editors, and should ensure that legal advice is available when necessary. If legal problems arise, the editor should inform their legal adviser and their owner and/or publisher as soon as possible. Editors should defend the confidentiality of authors and peer-reviewers (names and reviewer comments) in accordance with ICMJE policy (see Section II C.2.a). Editors should take all reasonable steps to check the facts in journal commentary, including that in news sections and social media postings, and should ensure that staff working for the journal adhere to best journalistic practices including contemporaneous note-taking and seeking a response from all parties when possible before

publication. Such practices in support of truth and public interest may be particularly relevant in defense against legal allegations of libel.

To secure editorial freedom in practice, the editor should have direct access to the highest level of ownership, not to a delegated manager or administrative officer.

Editors and editors' organizations are obliged to sup- port the concept of editorial freedom and to draw major transgressions of such freedom to the attention of the international medical, academic, and lay communities.

E. Protection of Research Participants

All investigators should ensure that the planning con- duct and reporting of human research are in accordance with the Helsinki Declaration as revised in 2013 (https://www.wma.net/policies-post/wma-declaration-of-helsinki-ethical-principles-for-medical-research-involving-human-subjects/). All authors should seek approval to conduct research from an independent local, regional, or national review body (e.g., ethics committee, institutional review board). If doubt exists whether the research was conducted in accordance with the Helsinki Declaration, the authors must explain the rationale for their approach and demonstrate that the local, regional, or national review body explicitly approved the doubtful aspects of the study. Approval by a responsible review body does not preclude editors from forming their own judgment whether the conduct of the research was appropriate.

Patients have a right to privacy that should not be violated without informed consent. Identifying informa- tion, including names, initials, or hospital numbers, should not be published in written descriptions, photographs, or pedigrees unless the information is essential for scientific purposes and the patient (or parent or guardian) gives written informed consent for publication. Informed consent for this purpose requires that an identifiable patient be shown the manuscript to be published. Authors should disclose to these patients whether any potential identifiable material might be available via the Internet as well as in print after publication. Patient consent should be written and archived with the journal, the authors, or both, as dictated by local regulations or laws. Applicable laws vary from locale to locale, and journals should establish their own policies with legal guidance. Since a journal that archives the consent will be aware of patient identity, some journals may decide that patient confidentiality is better guarded by having the author archive the consent and instead providing the journal with a written statement that attests that they have received and archived written patient consent.

Nonessential identifying details should be omitted. Informed consent should be obtained if there is any doubt that anonymity can be maintained. For example, masking the eye region in photographs of patients is inadequate protection of anonymity. If identifying characteristics are de-identified, authors should provide assurance, and editors should so note, that such changes do not distort scientific meaning.

The requirement for informed consent should be included in the journal's instructions for authors. When informed consent has been obtained, it should be indicated in the published article.

When reporting experiments on animals, authors should indicate whether institutional and national standards for the care and use of laboratory animals were followed. Further guidance on animal research ethics is available from the International Association of Veterinary Editors' Consensus Author Guidelines on Animal Ethics and Welfare (http://veteditors.org/ethicsconsensusguidelines.html).

III. Publishing and Editorial Issues Related to Publication in Medical Journals

A. Corrections, Retractions, Republications, and Version Control

Honest errors are a part of science and publishing and require publication of a correction when they are detected. Corrections are needed for errors of fact. Matters of debate are best handled as letters to the editor, as print or electronic correspondence, or as posts in a journal-sponsored online forum. Updates of previous publications (e.g., an updated systematic review or clinical guideline) are considered a new publication rather than a version of a previously published article.

If a correction is needed, journals should follow these minimum standards:

- The journal should publish a correction notice as soon as possible detailing changes from and citing the original publication; the correction should be on an electronic or numbered print page that is included in an electronic or a print Table of Contents to ensure proper indexing.
- The journal should also post a new article version with details of the changes from the original version and the date(s) on which the changes were made.
- The journal should archive all prior versions of the article. This archive can be either directly accessible to readers or can be made available to the reader on request.
- Previous electronic versions should prominently note that there are more recent versions of the article.
- The citation should be to the most recent version.

Pervasive errors can result from a coding problem or a miscalculation and may result in extensive inaccuracies throughout an article. If such errors do not change the direction or significance of the results, interpretations, and conclusions of the article, a correction should be published that follows the minimum standards noted above.

Errors serious enough to invalidate a paper's results and conclusions may require retraction. However, retrac- tion with republication (also referred to as "replacement") can be considered in cases where honest error (e.g., a misclassification or miscalculation) leads to a major change in the direction or significance of the results, interpretations,

and conclusions. If the error is judged to be unintentional, the underlying science appears valid, and the changed version of the paper survives further review and editorial scrutiny, then retraction with republication of the changed paper, with an explanation, allows full correction of the scientific literature. In such cases, it is helpful to show the extent of the changes in supplementary material or in an appendix, for complete transparency.

B. Scientific Misconduct, Expressions of Concern, and Retraction

Scientific misconduct includes but is not necessarily limited to data fabrication; data falsification, including deceptive manipulation of images; and plagiarism. Some people consider failure to publish the results of clinical trials and other human studies a form of scientific misconduct. While each of these practices is problematic, they are not equivalent. Each situation requires individual assessment by relevant stakeholders. When scientific misconduct is alleged, or concerns are otherwise raised about the conduct or integrity of work described in submitted or published papers, the editor should initiate appropriate procedures detailed by such committees as the Committee on Publication Ethics (COPE) (publicationethics.org/resources/flowcharts) and may choose to publish an expression of concern pending the outcomes of those procedures. If the procedures involve an investigation at the authors' institution, the editor should seek to discover the outcome of that investigation; notify readers of the outcome if appropriate; and if the investigation proves scientific misconduct, publish a retraction of the article. There may be circumstances in which no misconduct is proven, but an exchange of letters to the editor could be published to highlight matters of debate to readers.

Expressions of concern and retractions should not simply be a letter to the editor. Rather, they should be prominently labelled, appear on an electronic or numbered print page that is included in an electronic or a print Table of Contents to ensure proper indexing, and include in their heading the title of the original article. Online, the retraction and original article should be linked in both directions and the retracted article should be clearly labelled as retracted in all its forms (abstract, full text, PDF). Ideally, the authors of the retraction should be the same as those of the article, but if they are unwilling or unable the editor may under certain circumstances accept retractions by other responsible persons, or the editor may be the sole author of the retraction or expression of concern. The text of the retraction should explain why the article is being retracted and include a complete citation reference to that article. Retracted articles should remain in the public domain and be clearly labelled as retracted.

The validity of previous work by the author of a fraud- ulent paper cannot be assumed. Editors may ask the au- thor's institution to assure them of the validity of other work published in their journals, or they may retract it. If this is not done, editors may choose to publish an announcement expressing concern that the validity of previously published work is uncertain.

The integrity of research may also be compromised by inappropriate methodology that could lead to retraction.

See COPE flowcharts for further guidance on retrac- tions and expressions of concern. See Section IV.g.i. for guidance about avoiding referencing retracted articles.

C. Copyright

Journals should make clear the type of copyright under which work will be published, and if the journal retains copyright, should detail the journal's position on the transfer of copyright for all types of content, including audio, video, protocols, and data sets. Medical journals may ask authors to transfer copyright to the journal. Some journals require transfer of a publication license. Some journals do not require transfer of copyright and rely on such vehicles as Creative Commons licenses. The copyright status of articles in a given journal can vary: Some content cannot be copyrighted (e.g., articles written by employees of some governments in the course of their work). Editors may waive copyright on other content, and some content may be protected under other agreements.

D. Overlapping Publications

1. Duplicate Submission

Authors should not submit the same manuscript, in the same or different languages, simultaneously to more than one journal. The rationale for this standard is the potential for disagreement when two (or more) journals claim the right to publish a manuscript that has been sub- mitted simultaneously to more than one journal, and the possibility that two or more journals will unknowingly and unnecessarily undertake the work of peer review, edit the same manuscript, and publish the same article.

2. Duplicate and Prior Publication

Duplicate publication is publication of a paper that overlaps substantially with one already published, without clear, visible reference to the previous publication. Prior publication may include release of information in the public domain.

Readers of medical journals deserve to be able to trust that what they are reading is original unless there is a clear statement that the author and editor are intentionally republishing an article (which might be considered for historic or landmark papers, for example). The bases of this position are international copyright laws, ethical conduct, and cost-effective use of resources. Duplicate publication of original research is particularly problematic because it can result in inadvertent double-counting of data or inappropriate weighting of the results of a single study, which distorts the available evidence.

When authors submit a manuscript reporting work that has already been reported in large part in a published article or is contained in or closely related to another paper

that has been submitted or accepted for publication elsewhere, the letter of submission should clearly say so and the authors should provide copies of the related material to help the editor decide how to handle the submission. See also Section IV.B.

This recommendation does not prevent a journal from considering a complete report that follows publication of a preliminary report, such as a letter to the editor, a preprint, or an abstract or poster displayed at a scientific meeting. It also does not prevent journals from considering a paper that has been presented at a scientific meeting but was not published in full, or that is being considered for publication in proceedings or similar format. Press reports of scheduled meetings are not usually regarded as breaches of this rule, but they may be if additional data tables or figures enrich such reports. Authors should also consider how dissemination of their findings outside of scientific presentations at meetings may diminish the priority journal editors assign to their work.

In the event of a public health emergency (as defined by public health officials), information with immediate implications for public health should be disseminated without concern that this will preclude subsequent consideration for publication in a journal.

Sharing with public media, government agencies, or manufacturers the scientific information described in a paper or a letter to the editor that has been accepted but not yet published violates the policies of many journals. Such reporting may be warranted when the paper or letter describes major therapeutic advances; reportable diseases; or public health hazards, such as serious adverse effects of drugs, vaccines, other biological products, medical devices. This reporting, whether in print or online, should not jeopardize publication, but should be discussed with and agreed upon by the editor in advance when possible.

The ICMJE will not consider as prior publication the posting of trial results in any registry that meets the criteria noted in Section III.L. if results are limited to a brief (500 word) structured abstract or tables (to include participants enrolled, key outcomes, and adverse events). The ICMJE encourages authors to include a statement with the registration that indicates that the results have not yet been published in a peer-reviewed journal, and to update the results registry with the full journal citation when the results are published.

Editors of different journals may together decide to simultaneously or jointly publish an article if they believe that doing so would be in the best interest of public health. However, the National Library of Medicine (NLM) indexes all such simultaneously published joint publications separately, so editors should include a statement making the simultaneous publication clear to readers.

Authors who attempt duplicate publication without such notification should expect at least prompt rejection of the submitted manuscript. If the editor was not aware of the violations and the article has already been published, then the article might warrant retraction with or without the author's explanation or approval.

See COPE flowcharts for further guidance on han- dling duplicate publication.

3. Acceptable Secondary Publication

Secondary publication of material published in other journals or online may be justifiable and beneficial, especially when intended to disseminate important information to the widest possible audience (e.g., guidelines produced by government agencies and professional organizations in the same or a different language). Secondary publication for various other reasons may also be justifiable provided the following conditions are met:

1. The authors have received approval from the editors of both journals (the editor concerned with secondary publication must have access to the primary version).
2. The priority of the primary publication is respected by a publication interval negotiated by both editors with the authors.
3. The paper for secondary publication is intended for a different group of readers; an abbreviated version could be sufficient.
4. The secondary version faithfully reflects the data and interpretations of the primary version.
5. The secondary version informs readers, peers, and documenting agencies that the paper has been published in whole or in part elsewhere—for example, with a note that might read, "This article is based on a study first reported in the [journal title, with full reference]"—and the secondary version cites the primary reference.
6. The title of the secondary publication should indicate that it is a secondary publication (complete or abridged republication or translation) of a primary publication. Of note, the NLM does not consider translations to be "republications" and does not cite or index them when the original article was published in a journal that is indexed in MEDLINE.

When the same journal simultaneously publishes an article in multiple languages, the MEDLINE citation will note the multiple languages (e.g., Angelo M. Journal networking in nursing: a challenge to be shared. Rev Esc Enferm USP. 2011 Dec 45[6]:1281-2,1279-80,1283-4. Article in English, Portuguese, and Spanish. No abstract available. PMID 22241182).

4. Manuscripts Based on the Same Database

If editors receive manuscripts from separate research groups or from the same group analyzing the same data set (e.g., from a public database, or systematic reviews or meta-analyses of the same evidence), the manuscripts should be considered independently because they may differ in their analytic methods, conclusions, or both. If the data interpretation and conclusions are similar, it may be

reasonable although not mandatory for editors to give preference to the manuscript submitted first. Editors might consider publishing more than one manuscript that overlap in this way because different analytical approaches may be complementary and equally valid, but manuscripts based upon the same dataset should add substantially to each other to warrant consideration for publication as separate papers, with appropriate citation of previous publications from the same dataset to allow for transparency.

Secondary analyses of clinical trial data should cite any primary publication, clearly state that it contains secondary analyses/results, and use the same identifying trial registration number as the primary trial and unique, persistent dataset identifier.

Sometimes for large trials it is planned from the beginning to produce numerous separate publications regarding separate research questions but using the same original participant sample. In this case authors may use the original single trial registration number, if all the outcome parameters were defined in the original registration. If the authors registered several substudies as separate entries in, for example, clinicaltrials.gov, then the unique trial identifier should be given for the study in question, The main issue is transparency, so no matter what model is used it should be obvious for the reader.

E. Correspondence

Medical journals should provide readers with a mechanism for submitting comments, questions, or criticisms about published articles, usually but not necessarily always through a correspondence section or online forum. The authors of articles discussed in correspondence or an online forum have a responsibility to respond to substantial criticisms of their work using those same mechanisms and should be asked by editors to respond. Authors of correspondence should be asked to declare any competing or conflicting interests.

Correspondence may be edited for length, grammati- cal correctness, and journal style. Alternatively, editors may choose to make available to readers unedited correspondence, for example, via an online commenting system. Such commenting is not indexed in Medline unless it is subsequently published on a numbered electronic or print page. However the journal handles correspondence, it should make known its practice. In all instances, editors must make an effort to screen discourteous, inaccurate, or libellous comments.

Responsible debate, critique, and disagreement are important features of science, and journal editors should encourage such discourse ideally within their own journals about the material they have published. Editors, however, have the prerogative to reject correspondence that is irrelevant, uninteresting, or lacking cogency, but they also have a responsibility to allow a range of opinions to be expressed and to promote debate.

In the interests of fairness and to keep correspondence within manageable proportions, journals may want to set time limits for responding to published material and for debate on a given topic.

F. Fees

Journals should be transparent about their types of revenue streams. Any fees or charges that are required for manuscript processing and/or publishing materials in the journal shall be clearly stated in a place that is easy for potential authors to find prior to submitting their manuscripts for review or explained to authors before they begin preparing their manuscript for submission (http://publicationethics.org/files/u7140/Principles_of_Transparency_and_Best_Practice_in_Scholarly_Publishing.pdf).

G. Supplements, Theme Issues, and Special Series

Supplements are collections of papers that deal with related issues or topics, are published as a separate issue of the journal or as part of a regular issue, and may be funded by sources other than the journal's publisher. Because funding sources can bias the content of supplements through the choice of topics and viewpoints, journals should adopt the following principles, which also apply to theme issues or special series that have external funding and/or guest editors:

1. The journal editor must be given and must take full responsibility for the policies, practices, and content of supplements, including complete control of the decision to select authors, peer reviewers, and content for the supplement. Editing by the funding organization should not be permitted.
2. The journal editor has the right to appoint one or more external editors of the supplement and must take responsibility for the work of those editors.
3. The journal editor must retain the authority to send supplement manuscripts for external peer review and to reject manuscripts submitted for the supplement with or without external review. These conditions should be made known to authors and any external editors of the supplement before beginning editorial work on it.
4. The source of the idea for the supplement, sources of funding for the supplement's research and publication, and products of the funding source related to content considered in the supplement should be clearly stated in the introductory material.
5. Advertising in supplements should follow the same policies as those of the primary journal.
6. Journal editors must enable readers to distinguish readily between ordinary editorial pages and supplement pages.
7. Journal and supplement editors must not accept personal favors or direct remuneration from sponsors of supplements.
8. Secondary publication in supplements (republication of papers published elsewhere) should be clearly identified by the citation of the original paper and by the title.

9. The same principles of authorship and disclosure of potential conflicts of interest discussed elsewhere in this document should be applied to supplements.

H. Sponsorship or Partnership

Various entities may seek interactions with journals or editors in the form of sponsorships, partnerships, meetings, or other types of activities. To preserve editorial independence, these interactions should be governed by the same principles outlined above for Supplements, Theme Issues, and Special Series (Section III.G).

I. Electronic Publishing

Most medical journals are now published in electronic as well as print versions, and some are published only in electronic form. Principles of print and electronic publishing are identical, and the recommendations of this document apply equally to both. However, electronic publishing provides opportunities for versioning and raises issues about link stability and content preservation that are addressed here.

Recommendations for corrections and versioning are detailed in Section III.A.

Electronic publishing allows linking to sites and resources beyond journals over which journal editors have no editorial control. For this reason, and because links to external sites could be perceived as implying endorsement of those sites, journals should be cautious about external linking. When a journal does link to an external site, it should state that it does not endorse or take responsibility or liability for any content, advertising, products, or other materials on the linked sites, and does not take responsibility for the sites' availability.

Permanent preservation of journal articles on a jour- nal's website, or in an independent archive or a credible repository, is essential for the historical record. Removing an article from a journal's website in its entirety is almost never justified as copies of the article may have been downloaded even if its online posting was brief. Such archives should be freely accessible or accessible to archive members. Deposition in multiple archives is encouraged. However, if necessary for legal reasons (e.g., libel action), the URL for the removed article must contain a detailed reason for the removal, and the article must be retained in the journal's internal archive.

Permanent preservation of a journal's total content is the responsibility of the journal publisher, who in the event of journal termination should be certain the journal files are transferred to a responsible third party who can make the content available.

Journal websites should post the date that nonarticle web pages, such as those listing journal staff, editorial board members, and instructions for authors, were last up- dated.

J. Advertising

Most medical journals carry advertising, which gener- ates income for their publishers, but journals should not be dominated by advertisements, and advertising must not be allowed to influence editorial decisions.

Journals should have formal, explicit, written policies for advertising in both print and electronic versions. Best practice prohibits selling advertisements intended to be juxtaposed with editorial content on the same product. Advertisements should be clearly identifiable as advertisements. Editors should have full and final authority for approving print and online advertisements and for enforcing advertising policy.

Journals should not carry advertisements for products proven to be seriously harmful to health. Editors should ensure that existing regulatory or industry standards for advertisements specific to their country are enforced, or develop their own standards. The interests of organizations or agencies should not control classified and other nondisplay advertising, except where required by law. Editors should consider all criticisms of advertisements for publication.

K. Journals and the Media

Journals' interactions with media should balance competing priorities. The general public has a legitimate interest in all journal content and is entitled to important information within a reasonable amount of time, and editors have a responsibility to facilitate that. However media reports of scientific research before it has been peer-reviewed and fully vetted may lead to dissemination of inaccurate or premature conclusions, and doctors in practice need to have research reports available in full detail before they can advise patients about the reports' conclusions.

An embargo system has been established in some countries and by some journals to assist this balance, and to prevent publication of stories in the general media before publication of the original research in the journal. For the media, the embargo creates a "level playing field," which most reporters and writers appreciate since it minimizes the pressure on them to publish stories before competitors when they have not had time to prepare carefully. Consistency in the timing of public release of biomedical information is also important in minimizing economic chaos, since some articles contain information that has potential to influence financial markets. The ICMJE acknowledges criticisms of embargo systems as being self-serving of journals' interests and an impediment to rapid dissemination of scientific information, but believe the benefits of the systems outweigh their harms.

The following principles apply equally to print and electronic publishing and may be useful to editors as they seek to establish policies on interactions with the media:

- Editors can foster the orderly transmission of medical information from researchers, through peer-reviewed journals, to the public. This can be accomplished by an agreement with authors that they will not publicize their work while their manuscript is under consideration or awaiting publication and an agreement with the media that

they will not release stories before publication of the original research in the journal, in return for which the journal will cooperate with them in preparing accurate stories by issuing, for example, a press release.

- Editors need to keep in mind that an embargo system works on the honor system—no formal enforcement or policing mechanism exists. The decision of a significant number of media outlets or biomedical journals not to respect the embargo system would lead to its rapid dissolution.
- Notwithstanding authors' belief in their work, very little medical research has such clear and urgently important clinical implications for the public's health that the news must be released before full publication in a journal. When such exceptional circumstances occur, the appropriate authorities responsible for public health should decide whether to disseminate information to physicians and the media in advance and should be responsible for this decision. If the author and the appropriate authorities wish to have a manuscript considered by a particular journal, the editor should be consulted before any public release. If editors acknowledge the need for immediate release, they should waive their policies limiting prepublication publicity.
- Policies designed to limit prepublication publicity should not apply to accounts in the media of presentations at scientific meetings or to the abstracts from these meetings (see Duplicate Publication). Researchers who present their work at a scientific meeting should feel free to discuss their presentations with reporters but should be discouraged from offering more detail about their study than was presented in the talk, or should consider how giving such detail might diminish the priority journal editors assign to their work (see Duplicate Publication).
- When an article is close to being published, editors or journal staff should help the media prepare accurate reports by providing news releases, answering questions, supplying advance copies of the article, or referring reporters to appropriate experts. This assistance should be contingent on the media's cooperation in timing the release of a story to coincide with publication of the article.

L. Clinical Trials

i. Registration

The ICMJE's clinical trial registration policy is detailed in a series of editorials (see Updates and Editorials [www.icmje.org/news-and-editorials/] and FAQs [http://www.icmje.org/about-icmje/faqs/]).

Briefly, the ICMJE requires, and recommends that all medical journal editors require, registration of clinical trials in a public trials registry at or before the time of first patient enrollment as a condition of consideration for publication. Editors requesting inclusion of their journal on the ICMJE website list of publications that follow ICMJE guidance [icmje.org/journals.html] should recognize that the listing implies enforcement by the journal of ICMJE's trial registration policy.

The ICMJE defines a clinical trial as any research proj- ect that prospectively assigns people or a group of people to an intervention, with or without concurrent comparison or control groups, to study the relationship between a health-related intervention and a health outcome. Health-related interventions are those used to modify a biomedical or health-related outcome; examples include drugs, surgical procedures, devices, behavioral treatments, educational programs, dietary interventions, quality improvement interventions, and process-of-care changes. Health outcomes are any biomedical or health-related measures obtained in patients or participants, including pharmacokinetic measures and adverse events. The ICMJE does not define the timing of first participant enrollment, but best practice dictates registration by the time of first participant consent.

The ICMJE accepts publicly accessible registration in any registry that is a primary register of the WHO International Clinical Trials Registry Platform (ICTRP) (www.who.int/ictrp/network/primary/en/index.html) or in ClinicalTrials.gov, which is a data provider to the WHO ICTRP. The ICMJE endorses these registries because they meet several criteria. They are accessible to the public at no charge, open to all prospective registrants, managed by a not-for-profit organization, have a mechanism to ensure the validity of the registration data, and are electronically searchable. An acceptable registry must include the minimum 20-item trial registration dataset (http://prsinfo.clinicaltrials.gov/trainTrainer/WHO-ICMJE-ClinTrialsgov-Cross-Ref.pdf orwww.who.int/ictrp/network/trds/en/index.html) at the time of registration and before enrollment of the first participant. The ICMJE considers inadequate trial registrations missing any of the 20 data fields those that have fields that contain uninformative information, or registrations that are not made publicly accessible such as phase I trials submitted to the EU-CTR. Although not a required item, the ICMJE encourages authors to include a statement that indicates that the results have not yet been published in a peer-reviewed journal, and to update the registration with the full journal citation when the results are published.

The purpose of clinical trial registration is to prevent selective publication and selective reporting of research outcomes, to prevent unnecessary duplication of research effort, to help patients and the public know what trials are planned or ongoing into which they might want to enroll, and to help give ethics review boards considering approval of new studies a view of similar work and data relevant to the research they are considering. Retrospective registration, for example at the time of manuscript submission, meets none of these purposes. Those purposes apply also to research with alternative designs, for example observational studies. For that reason, the ICMJE encourages registration of research with non-trial designs, but because the exposure

or intervention in non-trial research is not dictated by the researchers, the ICMJE does not require it.

Secondary data analyses of primary (parent) clinical trials should not be registered as separate clinical trials, but instead should reference the trial registration number of the primary trial.

The ICMJE expects authors to ensure that they have met the requirements of their funding and regulatory agen- cies regarding aggregate clinical trial results reporting in clinical trial registries, and encourages registry results reporting even when not required. It is the authors', and not the journal editors', responsibility to explain any discrepancies between results reported in registries and journal publications. The ICMJE will not consider as prior publication the posting of trial results in any registry that meets the above criteria if results are limited to a brief (500 word) structured abstract or tables (to include trial participants enrolled, baseline characteristics, primary and secondary outcomes, and adverse events).

The ICMJE recommends that journals publish the trial registration number at the end of the abstract. The ICMJE also recommends that, whenever a registration number is available, authors list this number the first time they use a trial acronym to refer either to the trial they are reporting or to other trials that they mention in the manuscript.

Editors may consider whether the circumstances involved in a failure to appropriately register a clinical trial were likely to have been intended to or resulted in biased reporting. Because of the importance of prospective trial registration, if an exception to this policy is made, trials must be registered and the authors should indicate in the publication when registration was completed and why it was delayed. Editors should publish a statement indicating why an exception was allowed. The ICMJE emphasizes that such exceptions should be rare, and that authors failing to prospectively register a trial risk its inadmissibililty to our journals.

ii. Data Sharing

The ICMJE's data sharing statement policy is detailed in an editorial (see Updates and Editorials [www.icmje.org/update.html]).

1. As of 1 July 2018 manuscripts submitted to ICMJE journals that report the results of clinical trials must contain a data sharing statement as described below.
2. Clinical trials that begin enrolling participants on or after 1 January 2019 must include a data sharing plan in the trial's registration. The ICMJE's policy regarding trial registration is explained at www.icmje.org/recommendations/browse/publishing-and-editorial-issues/clinical-trial-registration.html. If the data sharing plan changes after registration this should be reflected in the statement submitted and published with the manuscript, and updated in the registry record.

Data sharing statements must indicate the following: whether individual deidentified participant data (including data dictionaries) will be shared; what data in particular will be shared; whether additional, related documents will be available (e.g., study protocol, statistical analysis plan, etc.); when the data will become available and for how long; by what access criteria data will be shared (including with whom, for what types of analyses, and by what mechanism). Illustrative examples of data sharing statements that would meet these requirements are provided in the **Table**.

Authors of secondary analyses using shared data must attest that their use was in accordance with the terms (if any) agreed to upon their receipt. They must also reference the source of the data using its unique, persistent identifier to provide appropriate credit to those who generated it and allow searching for the studies it has supported. Authors of secondary analyses must explain completely how theirs differ from previous analyses. In addition, those who generate and then share clinical trial data sets deserve substantial credit for their efforts. Those using data collected by others should seek collaboration with those who collected the data. As collaboration will not always be possible, practical, or desired, the efforts of those who generated the data must be recognized.

IV. Manuscript Preparation and Submission

A. Preparing a Manuscript for Submission to a Medical Journal

1. General Principles

The text of articles reporting original research is usu- ally divided into Introduction, Methods, Results, and Discussion sections. This so-called "IMRAD" structure is not an arbitrary publication format but a reflection of the process of scientific discovery. Articles often need subheadings within these sections to further organize their content. Other types of articles, such as meta-analyses, may require different formats, while case reports, narrative reviews, and editorials may have less structured or unstructured formats.

Electronic formats have created opportunities for adding details or sections, layering information, cross-linking, or extracting portions of articles in electronic versions. Supplementary electronic-only material should be submitted and sent for peer review simultaneously with the primary manuscript.

2. Reporting Guidelines

Reporting guidelines have been developed for different study designs; examples include CONSORT (www.consort-statement.org) for randomized trials, STROBE for observational studies (http://strobe-statement.org/), PRISMA for systematic reviews and meta-analyses (http://prisma-statement.org/), and STARD for studies of diagnostic accuracy (www.stard-statement.org/). Journals are encouraged to ask authors to follow these guidelines because they

Table. **Examples of Data Sharing Statements That Fulfill These ICMJE Requirements***

	Example 1	Example 2	Example 3	Example 4
Will individual participant data be available (including data dictionaries)?	Yes	Yes	Yes	No
What data in particular will be shared?	All of the individual participant data collected during the trial, after deidentification.	Individual participant data that underlie the results reported in this article, after deidentification (text, tables, figures, and appendices).	Individual participant data that underlie the results reported in this article, after deidentification (text, tables, figures, and appendices).	Not available
What other documents will be available?	Study Protocol, Statistical Analysis Plan, Informed Consent Form, Clinical Study Report, Analytic Code	Study Protocol, Statistical Analysis Plan, Analytic Code	Study Protocol	Not available
When will data be available (start and end dates)?	Immediately following publication. No end date.	Beginning 3 months and ending 5 years following article publication.	Beginning 9 months and ending 36 months following article publication.	Not applicable
With whom?	Anyone who wishes to access the data.	Researchers who provide a methodologically sound proposal.	Investigators whose proposed use of the data has been approved by an independent review committee (learned intermediary) identified for this purpose.	Not applicable
For what types of analyses?	Any purpose.	To achieve aims in the approved proposal.	For individual participant data meta-analysis.	Not applicable
By what mechanism will data be made available?	Data are available indefinitely at (*Link to be included*).	Proposals should be directed to xxx@yyy. To gain access, data requestors will need to sign a data access agreement. Data are available for 5 years at a third party website (*Link to be included*).	Proposals may be submitted up to 36 months following article publication. After 36 months the data will be available in our University's data warehouse but without investigator support other than deposited metadata. Information regarding submitting proposals and accessing data may be found at (*Link to be provided*).	Not applicable

* These examples are meant to illustrate a range of, but not all, data sharing options.

help authors describe the study in enough detail for it to be evaluated by editors, reviewers, readers, and other researchers evaluating the medical literature. Authors of review manuscripts are encouraged to describe the methods used for locating, selecting, extracting, and synthesizing data; this is mandatory for systematic reviews. Good sources for reporting guidelines are the EQUATOR Network (www.equator-network.org/home/) and the NLM's Research Reporting Guidelines and Initiatives (www.nlm.nih.gov/services/research_report_guide.html).

3. Manuscript Sections

The following are general requirements for reporting within sections of all study designs and manuscript formats.

a. Title Page

General information about an article and its authors is presented on a manuscript title page and usually includes the article title, author information, any disclaimers, sources of support, word count, and sometimes the number of tables and figures.

Article title. The title provides a distilled description of the complete article and should include information that, along with the abstract, will make electronic re- trieval of the article sensitive and specific. Reporting guidelines recommend and some journals require that information about the study design be a part of the title (particularly important for randomized trials and sys- tematic reviews and meta-analyses). Some journals re- quire a short title, usually no more than 40 characters (including letters and spaces) on the title page or as a separate entry in an electronic submission system. Elec- tronic submission systems may restrict the number of characters in the title.

Author information. Each author's highest academic degrees should be listed, although some journals do not

publish these. The name of the department(s) and institution(s) or organizations where the work should be attributed should be specified. Most electronic submission systems require that authors provide full contact information, including land mail and e-mail addresses, but the title page should list the corresponding authors' telephone and fax numbers and e-mail address. ICMJE encourages the listing of authors' Open Researcher and Contributor Identification (ORCID).

Disclaimers. An example of a disclaimer is an author's statement that the views expressed in the submitted article are his or her own and not an official position of the institution or funder.

Source(s) of support. These include grants, equipment, drugs, and/or other support that facilitated conduct of the work described in the article or the writing of the article itself.

Word count. A word count for the paper's text, exclud- ing its abstract, acknowledgments, tables, figure legends, and references, allows editors and reviewers to assess whether the information contained in the paper warrants the paper's length, and whether the submitted manuscript fits within the journal's formats and word limits. A separate word count for the abstract is useful for the same reason.

Number of figures and tables. Some submission systems require specification of the number of figures and tables before uploading the relevant files. These numbers allow editorial staff and reviewers to confirm that all figures and tables were actually included with the manuscript and, because tables and figures occupy space, to assess if the information provided by the figures and tables warrants the paper's length and if the manuscript fits within the journal's space limits.

Conflict of interest declaration. Conflict of interest information for each author needs to be part of the manuscript; each journal should develop standards with regard to the form the information should take and where it will be posted. The ICMJE has developed a uniform conflict of interest disclosure form for use by ICMJE member journals (www.icmje.org/coi_disclosure.pdf), and the ICMJE encourages other journals to adopt it. Despite availability of the form, editors may require conflict of interest declarations on the manuscript title page to save the work of collecting forms from each author prior to making an editorial decision or to save reviewers and readers the work of reading each author's form.

b. Abstract

Original research, systematic reviews, and meta- analyses require structured abstracts. The abstract should provide the context or background for the study and should state the study's purpose, basic procedures (selection of study participants, settings, measurements, analytical methods), main findings (giving specific effect sizes and their statistical and clinical significance, if possible), and principal conclusions. It should emphasize new and important aspects of the study or observations, note important limitations, and not overinterpret findings. Clinical trial abstracts should include items that the CONSORT group has identified as essential (www.consort-statement.org /resources/downloads/extensions/consort-extension-for -abstracts-2008pdf/). Funding sources should be listed separately after the abstract to facilitate proper display and indexing for search retrieval by MEDLINE.

Because abstracts are the only substantive portion of the article indexed in many electronic databases, and the only portion many readers read, authors need to ensure that they accurately reflect the content of the article. Unfortunately, information in abstracts often differs from that in the text. Authors and editors should work in the process of revision and review to ensure that information is consistent in both places. The format required for structured abstracts differs from journal to journal, and some journals use more than one format; authors need to prepare their abstracts in the format specified by the journal they have chosen.

The ICMJE recommends that journals publish the clinical trial registration number at the end of the ab- stract. The ICMJE also recommends that, when a reg- istration number is available, authors list that number the first time they use a trial acronym to refer to the trial they are reporting or to other trials that they mention in the manuscript. If the data have been deposited in a public repository and/or are being used in a secondary analysis, authors should state at the end of the abstract the unique, persistent data set identifier; repository name; and number.

c. Introduction

Provide a context or background for the study (that is, the nature of the problem and its significance). State the specific purpose or research objective of, or hypothesis tested by, the study or observation. Cite only directly pertinent references, and do not include data or conclusions from the work being reported.

d. Methods

The guiding principle of the Methods section should be clarity about how and why a study was done in a particular way. The Methods section should aim to be sufficiently detailed such that others with access to the data would be able to reproduce the results. In general, the section should include only information that was available at the time the plan or protocol for the study was being written; all information obtained during the study belongs in the Results section. If an organization was paid or otherwise contracted to help conduct the research (examples include data collection and management), then this should be detailed in the methods.

The Methods section should include a statement indicating that the research was approved by an independent local, regional or national review body (e.g., ethics committee, institutional review board). If doubt exists whether the research was conducted in accordance with the Helsinki Declaration, the authors must explain the rationale for their approach and demonstrate that the local, regional or national review body explicitly approved the doubtful aspects of the study. See Section II.E.

i. Selection and Description of Participants

Clearly describe the selection of observational or experimental participants (healthy individuals or patients, including controls), including eligibility and exclusion criteria and a description of the source population. Because the relevance of such variables as age, sex, or ethnicity is not always known at the time of study design, researchers should aim for inclusion of representative populations into all study types and at a minimum provide descriptive data for these and other relevant demographic variables. Ensure correct use of the terms sex (when reporting biological factors) and gender (identity, psychosocial or cultural factors), and, unless inappropriate, report the sex and/or gender of study participants, the sex of animals or cells, and describe the methods used to determine sex and gender. If the study was done involving an exclusive population, for example in only one sex, authors should justify why, except in obvious cases (e.g., prostate cancer). Authors should define how they determined race or ethnicity and justify their relevance.

ii. Technical Information

Specify the study's main and secondary objectives—usually identified as primary and secondary outcomes. Identify methods, equipment (give the manufacturer's name and address in parentheses), and procedures in sufficient detail to allow others to reproduce the results. Give references to established methods, including statistical methods (see below); provide references and brief descriptions for methods that have been published but are not well-known; describe new or substantially modified methods, give the reasons for using them, and evaluate their limitations. Identify precisely all drugs and chemicals used, including generic name(s), dose(s), and route(s) of administration. Identify appropriate scientific names and gene names.

iii. Statistics

Describe statistical methods with enough detail to en- able a knowledgeable reader with access to the original data to judge its appropriateness for the study and to verify the reported results. When possible, quantify findings and present them with appropriate indicators of measurement error or uncertainty (such as confidence intervals). Avoid relying solely on statistical hypothesis testing, such as *P* values, which fail to convey important information about effect size and precision of estimates. References for the design of the study and statistical methods should be to standard works when possible (with pages stated). Define statistical terms, abbreviations, and most symbols. Specify the statistical software package(s) and versions used. Distinguish prespecified from exploratory analyses, including subgroup analyses.

e. Results

Present your results in logical sequence in the text, tables, and figures, giving the main or most important findings first. Do not repeat all the data in the tables or figures in the text; emphasize or summarize only the most important observations. Provide data on all primary and secondary outcomes identified in the Methods section. Ex- tra or supplementary materials and technical details can be placed in an appendix where they will be accessible but will not interrupt the flow of the text, or they can be published solely in the electronic version of the journal.

Give numeric results not only as derivatives (e.g., percentages) but also as the absolute numbers from which the derivatives were calculated, and specify the statistical significance attached to them, if any. Restrict tables and figures to those needed to explain the argument of the paper and to assess supporting data. Use graphs as an alternative to tables with many entries; do not duplicate data in graphs and tables. Avoid nontechnical uses of technical terms in statistics, such as "random" (which implies a randomizing device), "normal," "significant," "correlations," and "sample."

Separate reporting of data by demographic variables, such as age and sex, facilitate pooling of data for subgroups across studies and should be routine, unless there are compelling reasons not to stratify reporting, which should be explained.

f. Discussion

It is useful to begin the discussion by briefly summarizing the main findings, and explore possible mechanisms or explanations for these findings. Emphasize the new and important aspects of your study and put your findings in the context of the totality of the relevant evidence. State the limitations of your study, and explore the implications of your findings for future research and for clinical practice or policy. Discuss the influence or association of variables, such as sex and/or gender, on your findings, where appropriate, and the limitations of the data. Do not repeat in detail data or other information given in other parts of the manuscript, such as in the Introduction or the Results section.

Link the conclusions with the goals of the study but avoid unqualified statements and conclusions not adequately supported by the data. In particular, distinguish between clinical and statistical significance, and avoid making statements on economic benefits and costs unless the

manuscript includes the appropriate economic data and analyses. Avoid claiming priority or alluding to work that has not been completed. State new hypotheses when warranted, but label them clearly.

g. References

i. General Considerations

Authors should provide direct references to original research sources whenever possible. References should not be used by authors, editors, or peer reviewers to promote self-interests. Although references to review articles can be an efficient way to guide readers to a body of literature, review articles do not always reflect original work accurately. On the other hand, extensive lists of references to original work on a topic can use excessive space. Fewer references to key original papers often serve as well as more exhaustive lists, particularly since references can now be added to the electronic version of published papers, and since electronic literature searching allows readers to retrieve published literature efficiently.

Do not use conference abstracts as references: they can be cited in the text, in parentheses, but not as page footnotes. References to papers accepted but not yet published should be designated as "in press" or "forthcoming." Information from manuscripts submitted but not accepted should be cited in the text as "unpublished observations" with written permission from the source.

Published articles should reference the unique, persis- tent identifiers of the datasets employed.

Avoid citing a "personal communication" unless it provides essential information not available from a public source, in which case the name of the person and date of communication should be cited in parentheses in the text. For scientific articles, obtain written permission and confirmation of accuracy from the source of a personal communication.

Some but not all journals check the accuracy of all reference citations; thus, citation errors sometimes appear in the published version of articles. To minimize such errors, references should be verified using either an electronic bibliographic source, such as PubMed, or print copies from original sources. Authors are responsible for checking that none of the references cite retracted articles except in the context of referring to the retraction. For articles published in journals indexed in MEDLINE, the ICMJE considers PubMed the authoritative source for information about retractions. Authors can identify retracted articles in MEDLINE by searching PubMed for "Retracted publication [pt]", where the term "pt" in square brackets stands for publication type, or by going directly to the PubMed's list of retracted publications (www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed?term=retracted+publication+[pt]).

References should be numbered consecutively in the order in which they are first mentioned in the text. Identify references in text, tables, and legends by Arabic numerals in parentheses.

References cited only in tables or figure legends should be numbered in accordance with the sequence established by the first identification in the text of the particular table or figure. The titles of journals should be abbreviated according to the style used for MEDLINE (www.ncbi.nlm.nih.gov/nlmcatalog/journals). Journals vary on whether they ask authors to cite electronic references within parentheses in the text or in numbered references following the text. Authors should consult with the journal to which they plan to submit their work.

ii. Style and Format

References should follow the standards summarized in the NLM's International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals: Sample References (www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html) webpage and detailed in the NLM's Citing Medicine, 2nd edition (www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK7256/). These resources are regularly updated as new media develop, and currently include guidance for print documents; unpublished material; audio and visual media; material on CD-ROM, DVD, or disk; and material on the Internet.

h. Tables

Tables capture information concisely and display it efficiently; they also provide information at any desired level of detail and precision. Including data in tables rather than text frequently makes it possible to reduce the length of the text.

Prepare tables according to the specific journal's requirements; to avoid errors it is best if tables can be directly imported into the journal's publication software. Number tables consecutively in the order of their first citation in the text and supply a title for each. Titles in tables should be short but self-explanatory, containing information that allows readers to understand the table's content without having to go back to the text. Be sure that each table is cited in the text.

Give each column a short or an abbreviated heading. Authors should place explanatory matter in footnotes, not in the heading. Explain all nonstandard abbreviations in footnotes, and use symbols to explain information if needed. Symbols may vary from journal to journal (alphabet letter or such symbols as *, †, ‡, §), so check each journal's instructions for authors for required practice. Identify statistical measures of variations, such as standard deviation and standard error of the mean.

If you use data from another published or unpublished source, obtain permission and acknowledge that source fully.

Additional tables containing backup data too extensive to publish in print may be appropriate for publication in the electronic version of the journal, deposited with an archival service, or made available to readers directly by the authors. An appropriate statement should be added to the text to inform readers that this additional information is available and where it is located. Submit such tables for consideration with the paper so that they will be available to the peer reviewers.

i. Illustrations (Figures)

Digital images of manuscript illustrations should be submitted in a suitable format for print publication. Most submission systems have detailed instructions on the quality of images and check them after manuscript upload. For print submissions, figures should be either professionally drawn and photographed, or submitted as photographic-quality digital prints.

For radiological and other clinical and diagnostic images, as well as pictures of pathology specimens or photomicrographs, send high-resolution photographic image files. Before-and-after images should be taken with the same intensity, direction, and color of light. Since blots are used as primary evidence in many scientific articles, editors may require deposition of the original photographs of blots on the journal's website.

Although some journals redraw figures, many do not. Letters, numbers, and symbols on figures should therefore be clear and consistent throughout, and large enough to remain legible when the figure is reduced for publication. Figures should be made as self-explanatory as possible, since many will be used directly in slide presentations. Titles and detailed explanations belong in the legends—not on the illustrations themselves.

Photomicrographs should have internal scale mark- ers. Symbols, arrows, or letters used in photomicro- graphs should contrast with the background. Explain the internal scale and identify the method of staining in photomicrographs.

Figures should be numbered consecutively according to the order in which they have been cited in the text. If a figure has been published previously, acknowledge the original source and submit written permission from the copyright holder to reproduce it. Permission is required irrespective of authorship or publisher except for documents in the public domain.

In the manuscript, legends for illustrations should be on a separate page, with Arabic numerals corresponding to the illustrations. When symbols, arrows, numbers, or let- ters are used to identify parts of the illustrations, identify and explain each one clearly in the legend.

j. Units of Measurement

Measurements of length, height, weight, and volume should be reported in metric units (meter, kilogram, or liter) or their decimal multiples.

Temperatures should be in degrees Celsius. Blood pressures should be in millimeters of mercury, unless other units are specifically required by the journal.

Journals vary in the units they use for reporting hematologic, clinical chemistry, and other measurements. Authors must consult the Information for Authors of the particular journal and should report laboratory information in both local and International System of Units (SI).

Editors may request that authors add alternative or non-SI units, since SI units are not universally used. Drug concentrations may be reported in either SI or mass units, but the alternative should be provided in parentheses where appropriate.

k. Abbreviations and Symbols

Use only standard abbreviations; use of nonstandard abbreviations can be confusing to readers. Avoid abbreviations in the title of the manuscript. The spelled-out abbreviation followed by the abbreviation in parenthesis should be used on first mention unless the abbreviation is a standard unit of measurement.

B. Sending the Manuscript to the Journal

Manuscripts should be accompanied by a cover letter or a completed journal submission form, which should include the following information:

A full statement to the editor about all submissions and previous reports that might be regarded as redundant publication of the same or very similar work. Any such work should be referred to specifically and referenced in the new paper. Copies of such material should be included with the submitted paper to help the editor address the situation. See also Section III.D.2.

A statement of financial or other relationships that might lead to a conflict of interest, if that information is not included in the manuscript itself or in an authors' form. See also Sec- tion II.B.

A statement on authorship. Journals that do not use contribution declarations for all authors may require that the submission letter includes a statement that the manuscript has been read and approved by all the authors, that the requirements for authorship as stated earlier in this document have been met, and that each author believes that the manuscript represents honest work if that information is not provided in another form See also Section II.A.

Contact information for the author responsible for communicating with other authors about revisions and final approval of the proofs, if that information is not included in the manuscript itself.

The letter or form should inform editors if concerns have been raised (e.g., via institutional and/or regulatory

bodies) regarding the conduct of the research or if corrective action has been recommended. The letter or form should give any additional information that may be helpful to the editor, such as the type or format of article in the particular journal that the manuscript represents. If the manuscript has been submitted previously to another journal, it is helpful to include the previous editor's and reviewers' comments with the submitted manuscript, along with the authors' responses to those comments. Editors encourage authors to submit these previous communications. Doing so may expedite the review process and encourages transparency and sharing of expertise.

Many journals provide a presubmission checklist to help the author ensure that all the components of the submission have been included. Some journals also require that authors complete checklists for reports of certain study types (e.g., the CONSORT checklist for reports of randomized controlled trials). Authors should look to see if the journal uses such checklists, and send them with the manuscript if they are requested.

The manuscript must be accompanied by permission to reproduce previously published material, use previously published illustrations, report information about identifiable persons, or to acknowledge people for their contributions.